

29 MAR 2014

GAZETA DO POVO

>>NOVAS PLACAS

TJ-PR caça liminar que travava licitação de táxis

TJ caça liminar que impedia a licitação de táxis

O processo de concessão de placas em Curitiba, que estava paralisado desde o dia 24 por uma liminar da 2.^a Vara de Fazenda Pública, pode ser retomado pela Urbs. A desembargadora Lélia Giacomet, do Tribunal de Justiça, entendeu que a suspensão da licitação era prejudicial ao interesse público. Hoje há 2.252 táxis na capital.

Fábio Cherubini

O Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR) acatou ontem o pedido da Urbanização de Curitiba S.A. (Urbs) para dar continuidade à licitação das novas placas de táxi da capital.

Na decisão, a desembargadora Lélia Giacomet deferiu o agravo de instrumento impetrado pela empresa, que solicitava a suspensão da liminar que impedia a continuidade da concessão, dada há quatro dias pela 2.^a Vara da Fazenda Pública. Conforme o TJ-PR, não há um prazo para o julgamento do caso.

A queda de braço teve início quando um dos concorrentes da licitação entrou com pedido de liminar, no último dia 24, para interromper o processo de distribuição de 640 novas placas de táxi. Na ação, o participante questionava o sistema de pontos adotado pela Urbs que beneficiava os motoristas com mais tempo de experiência.

De acordo com o argumento apresentado pelos advoga-

640

novas placas de táxi serão cadastradas pela Urbs ao final do processo. Atualmente, circulam por Curitiba 2.252 táxis, número que permanece estagnado desde a década de 1970.

dos da Urbs, a suspensão da licitação era prejudicial para o interesse público. Entre as justificativas estão a realização da Copa do Mundo e o "clamor social quanto à escassez do número de táxis em Curitiba, não tendo alteração na frota há décadas." Pela capital circulam 2.252 táxis, número que permanece estagnado desde a década de 1970.

A liminar que pedia o cancelamento da licitação, feita por um concorrente que ficou abaixo da 1.800.^o colocação, ocorreu a uma semana de os novos motoristas serem convocados para retirar as licenças.

O processo começou em novembro do ano passado e teve mais de 2,1 mil participantes.

Alta da tarifa continua indefinida

O governo do estado anunciou subsídio de R\$ 7,5 milhões mensais para cobrir o déficit do sistema integrado, mas garantia de passagem a R\$ 2,70 dependia de aval judicial que não se confirmou

Raphael Marchiori e Luan Galani

Após mais de um mês de negociações, prefeitura de Curitiba e governo do Paraná chegaram a um acordo sobre o novo subsídio estadual para a manutenção da integração do transporte coletivo de Curitiba e Região Metropolitana. Os R\$ 7,5 milhões mensais que serão repassados pelo governo estadual representam um acréscimo de 50% sobre o valor anunciado anteriormente pelo governador Beto Richa. A gestão Gustavo Fruet, por sua vez, prometeu R\$ 2,5 milhões mensais em subsídios. Esses valores, entretanto, ainda não garantiram o anúncio de que a atual tarifa paga pelo usuário será mantida.

Além da renovação do subsídio, a prefeitura também revelou as novas tarifas técnicas do sistema — aquelas que balizam o quanto será repassado aos empresários por passageiro pagante. A dos ônibus urbanos, que circulam apenas em Curitiba, será

de R\$ 2,93 e dos metropolitanos, R\$ 4,07 — a média ponderada pelo número de passageiros pagantes nos municípios integrados resulta na tarifa técnica da RIT (R\$ 3,18). Já estão descontados nesses valores os R\$ 0,15 abatidos pela prefeitura de Curitiba em sete itens da tarifa técnica.

O anúncio do novo subsídio estadual foi feito pelo prefeito Gustavo Fruet, na manhã de ontem, durante o lançamento de uma plataforma digital para comunicação entre poder público e cidadãos. “Acabei de assinar o convênio válido até 31 de agosto. Nesse período, o governo vai realizar a licitação da região metropolitana. Queremos reduzir os custos do sistema para não ficarmos eternamente reféns do subsídio público”, afirmou o prefeito.

O anúncio dos novos subsídios alivia o impacto do reajuste da tarifa técnica da RIT sobre o usuário, mas não garante que o preço cobrado na catraca não será reajustado. Isso porque a distância entre a tarifa técnica e a social mais do que dobrou — passando de R\$ 0,23 para R\$ 0,48 — enquanto os subsídios cresceram 43%.

Justiça

Essas diferenças poderiam ser menores se a juíza Fabiane Kruetzmann Schapinsky não tivesse negado pedido da prefeitura de retirada de impostos exclusivos das empresas de ônibus e taxa de risco do Hibribus da planilha tarifá-

ria. A magistrada alegou que seria temerário reduzir o que os empresários recebem diante da “vasta previsão de ausência de lucro”. Ela também sustentou que a tutela antecipada significaria mudança unilateral do contrato.

Ontem, Fruet comentou o assunto. “Fizemos a tentativa com o imposto de renda sobre veículos, que rende mais de R\$ 2 milhões. Mas as empresas alegam que não tiveram lucro por três anos, quando já receberam R\$ 45 milhões sem repassar à Receita [Federal].” Para tentar segurar os R\$ 2,70, além de manter as negociações com os empresários, a prefeitura prometeu concluir processos administrativos e encaminhá-los ao Ministério Público e ao Tribunal de Contas.

SEM RESPOSTA

O Setransp, sindicato que representa as empresas de ônibus de Curitiba e região, foi procurado para comentar o anúncio do prefeito Gustavo Fruet, mas preferiu não se manifestar sobre o assunto. A entidade alega não ter recebido informações sobre como a Urbs chegou ao valor de R\$ 3,18 para a RIT — valor inferior ao proposto pelos empresários (R\$ 3,33).

29 MAR 2014

» PEDÁGIOS GAZETA DO POVO
**MPF questiona
estudo feito
sem licitação**

Levantamento foi encomendado em 2013, apesar de a exigência de cumprimento das determinações estar parada desde 2012

Amanda Audi

]A investigação do Ministério Público Federal sobre as concessões de pedágio no Paraná questiona a contratação, sem licitação, de um estudo de R\$ 3,3 milhões que serviria de base para a adoção de uma série de recomendações do Tribunal de Contas da União para reequilibrar os contratos de pedágio. O estudo foi encomendado pelo governo estadual em 2013, apesar de a exigência de cumprimento das determinações estar suspensa desde 2012.

Os procuradores argumentam que o TCU não estabeleceu expressamente a contratação do estudo dentre as recomendações. “É al-

tamente questionável a razoabilidade da contratação do estudo técnico”, diz o texto. As determinações do TCU foram expedidas ainda em 2012, depois de uma auditoria nos pedágios concluir que havia desequilíbrio financeiro dos contratos em favor das concessionárias.

O levantamento foi elaborado pela Fundação Instituto de Administração (FIA), a pedido do DER-PR, e serviria como base para uma revisão contratual. Não se sabe quando ocorrerá essa revisão porque o governo e as concessionárias, ainda em 2011, decidiram congelar todas as ações judiciais ligadas aos pedágios até chegarem a um acordo comum.

Segundo o DER-PR, a licitação para contratar o estudo foi dispensada porque o serviço foi considerado “singular” e era exigida “notória especialização da empresa prestadora do serviço”, de acordo com a Lei de Licitações. A maioria das projeções do estudo mostra que o contrato com as concessionárias deveria ser estendido por mais cinco anos para per-

mitir o acréscimo de investimentos. O cenário mais viável seria a redução de tarifa em um valor aproximado ao reajuste anual, como se, em um determinado ano, o pedágio não fosse aumentado como ocorre normalmente.

As exigências do TCU deveriam ser cumpridas em um prazo de 360 dias, vencido ainda em 2013. Mas um recurso das concessionárias suspendeu o processo desde maio de 2012. A alegação é de que elas não foram consultadas durante a inspeção, segundo a Associação Brasileira de Concessionárias de Concessionárias de Rodovias Paraná/Santa Catarina. O pedido de reexame até agora não foi analisado. E os prazos estabelecidos pelo tribunal ficam suspensos enquanto isso.

O governo do Paraná diz que aguarda a definição do julgamento para tomar as providências. Algumas das recomendações apontadas pelo TCU, porém, já estariam sendo adotadas, como a adoção de fluxo de caixa marginal em obras novas, segundo o DER-PR.

“Assinamos convênio até 31 de agosto. Nesse período, o governo vai realizar a licitação da RMC. Queremos reduzir os custos do sistema para não ficarmos reféns do subsídio público.”

CONTINUA

29 MAR 2014

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Novo subsídio vence antes das eleições

O novo convênio entre o governo do estado e a prefeitura de Curitiba vencerá em 31 de agosto, menos de dois meses antes da corrida eleitoral para presidente, governador, senador e deputados federais e estaduais. Um acordo que vencesse antes do pleito já havia sido discutido e chegou a ser criticado pelo prefeito Gustavo Fruet.

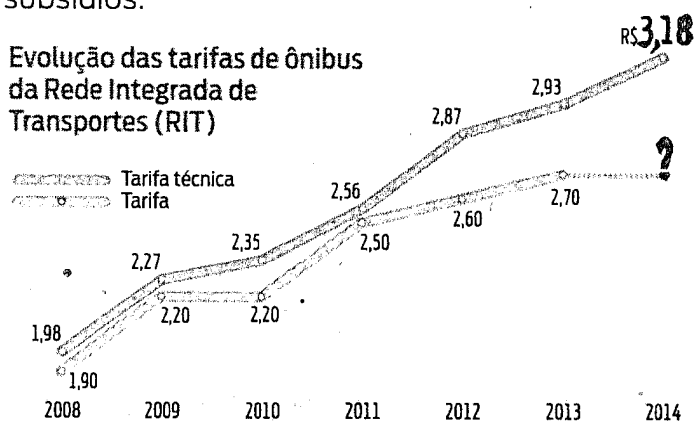
No mês passado, em entrevista à *Gazeta do Povo*, Richa havia anunciado a renovação do subsídio em R\$ 5 milhões mensais. O acordo, entretanto, valia até dezembro — quatro meses a mais do que o convênio anunciado ontem. Após a prefeitura reclamar publicamente da quantia, as negociações foram retomadas até que se chegasse aos R\$ 7,5 milhões.

A crítica de Fruet a um acordo que vencesse antes de outubro foi feita durante a entrevista coletiva em que ele anunciou o corte administrativo de sete itens da tarifa. Naquela ocasião, o prefeito reclamou de uma proposta de R\$ 6 milhões mensais até outubro, avaliando que uma eventual renovação poderia ser contaminada pela campanha eleitoral.

EM ALTA

Nova tarifa técnica da RIT aumenta o abismo entre o valor repassado às empresas e o cobrado dos usuários, pressionando o poder público por mais subsídios.

Evolução das tarifas de ônibus da Rede Integrada de Transportes (RIT)



Fonte: Urbs. Infografia: Gazeta do Povo.

ECONOMIA

Governo celebra integração e ressalta desoneração de impostos

Logo após o anúncio da prefeitura, o governo estadual soltou uma nota para confirmar a renovação do convênio e o aumento do valor do subsídio mensal. Além disso, o governo ressaltou que a desoneração do ICMS do óleo diesel, medida implantada no segundo semestre do ano passado, permitirá uma economia de R\$ 40 milhões para 21 cidades paranaenses ao longo de 2014 — sendo R\$ 20 milhões apenas na

Grande Curitiba.

Segundo o texto, somente o valor do subsídio já será suficiente para cobrir o déficit entre a atual tarifa técnica da RIT e o valor cobrado dos usuários: "o valor foi calculado pela diferença da tarifa técnica metropolitana (R\$ 4,07), menos a tarifa do usuário (R\$ 2,70), vezes o número de passageiros metropolitanos (5,4 milhões). Como o número de passageiros varia todos os meses, o governo do estado poderá repassar para a prefeitura de Curitiba até R\$ 7,5 milhões para reduzir o impacto na tarifa do usuário".

29 MAR 2014

GAZETA DO POVO

» CARTEL DO METRÔ

MP pede prisão de 13 executivos

O Ministério Público de São Paulo (MP) requereu a prisão preventiva de 13 executivos de multinacionais do setor metroferroviário por suspeita de envolvimento com o cartel que atuou em São Paulo entre 1998 e 2008. A alegação central da promotoria é que os dirigentes e ex-dirigentes das empresas saíram do país, “ignorando a investigação deliberadamente”.

É a primeira vez que é pedida a prisão de investigados do cartel. Dos alvos dos pedidos de prisão, cinco executivos são dos quadros da Siemens. O ex-presidente no Brasil da companhia canadense Bombardier, Serge Van Temsche, também teve a prisão pedida. A promotoria sustenta que as prisões são necessárias para “garantia da ordem econômica” e “para assegurar a aplicação da lei penal”.

A Bombardier esclareceu que o executivo não é mais funcionário da companhia e que não iria comentar a decisão do MP. A Siemens destacou que, “com a denúncia e documentos entregues [às autoridades públicas], tomou uma atitude comprometida com a defesa da livre concorrência e dos negócios limpos”.

JUDICIÁRIO

Para promotor, mensalão tucano deve sair após eleições

A decisão do Supremo Tribunal Federal de enviar para a Justiça mineira o processo do chamado mensalão mineiro que tem como réu o ex-deputado federal Eduardo Azeredo (PSDB-MG) representa um alívio para a participação do senador tucano Aécio Neves na corrida presidencial. Isto porque a ação contra o ex-parlamentar, considerada um constrangimento à campanha do PSDB, só deve ser decidida após as eleições, devido ao trâmite burocrático até que a sentença seja conhecida, apesar de o Ministério Público Estadual querer agilizar a decisão. O promotor João Medeiros, que faz a acusação no processo sobre o mesmo mensalão mineiro que já tramita contra nove réus em Belo Horizonte, afirma que há possibilidade de a sentença no caso de Azeredo ser conhecida ainda em 2014. Mas são pequenas as chances de a decisão ser conhecida antes do pleito.

29 MAR 2014

GAZETA DO POVO

STF julga doações de empresas para campanhas

Julgamento foi paralisado em dezembro, quando quatro ministros já haviam se manifestado contrários ao financiamento de campanha por pessoas jurídicas

O Supremo Tribunal Federal (STF) pode concluir na próxima semana um julgamento que tende a proibir as empresas de doarem dinheiro para campanhas eleitorais. Iniciado em dezembro, o julgamento já conta com quatro votos contrários ao financiamento por pessoas jurídicas.

Agora, os sete outros ministros que integram o plenário do STF deverão declarar os seus votos sobre a ação na qual a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) pede que seja proibida essa modalidade de financiamento de campanha. A expectativa é de que a maioria siga o voto do relator do caso, Luiz Fux, que se posicionou contra a possibilidade de as campanhas continuarem a receber recursos de empresas. Ele conseguiu por enquanto o apoio de três colegas. Em dezembro, quando o placar estava 4 a 0 pela proibição do financiamento por pessoas jurídicas, o ministro Teori Zavascki pediu vista.

Se a decisão do plenário do STF realmente for contrária ao financiamento pelas empresas, o tribunal terá de definir se ela valerá já na eleição deste ano. Parte dos ministros do Supremo entende que não há obstáculos para isso. Segundo eles, como o processo de arrecadação e a campanha ainda não começaram, as regras não serão mudadas no meio do jogo e, portanto, não será necessária a antecedência mínima de um ano à eleição.

Por enquanto, prevalece a interpretação de que permitir as doações por empresas contraria a essência do regime democrático. "O exercício de direitos políticos é incompatível com as contribuições políticas de pessoas jurídicas. Uma empresa pode até defender causas políticas, como direitos humanos, mas há uma grande distância para isso justificar sua participação no processo político, investindo valores vultosos em campanhas", disse Fux no início do julgamento.

"A permissão para as empresas contribuírem para campanhas e partidos pode exercer uma influência negativa e perniciosa sobre os pleitos, apta a comprometer a normalidade e legitimidade do processo eleitoral, e comprometer a independência dos representantes", afirmou o presidente do STF, Joaquim Barbosa, em seu voto. Além de Fux e

Bárboza, votaram contra o financiamento das campanhas por empresas os ministros Luis Roberto Barroso e Dias Toffoli.

O julgamento não deverá ser unânime. Também não está descartada a possibilidade de algum ministro pedir vista, adiando a decisão mais uma vez. Em dezembro, o ministro Gilmar Mendes sinalizou que vai votar a favor da manutenção do financiamento por empresas.

30 MAR 2014

GAZETA DO POVO

Carli Filho no Tribunal

A batalha jurídica

Os dois lados da batalha jurídica no caso Carli

O ex-deputado Fernando Ribas Carli Filho deve ser julgado neste ano, em uma ação que coloca em posições opostas dois importantes advogados do PR. A defesa reconhece a responsabilidade do réu no acidente, mas pedirá a condenação por homicídio culposo, sem intenção de matar, cuja pena é de até 4 anos de prisão.

A perspectiva de que o julgamento do ex-deputado estadual Luiz Fernando Ribas Carli Filho seja marcado ainda para 2014 já o transforma em um dos principais eventos jurídicos do ano no Paraná. No mês passado, o Tribunal de Justiça do estado decidiu que o Carli vai a júri popular — terá a conduta avaliada por pessoas comuns, não magistrados —, acusado da morte de Gilmar Yared e Carlos Murilo de Almeida em um acidente de trânsito. À frente do processo estão dois dos mais conhecidos advogados do Paraná. René Dotti e Elias Mattar Assad, em lados opostos.

Os argumentos jurídicos usados por defesa e acusação formam um capítulo à parte na novela que se tornou o caso. As imagens do sistema de segurança do restaurante, que mostravam Carli bebendo até quase cair, o velocímetro supostamente cravado em 190 quilômetros por hora e as dezenas de multas por excesso de velocidade que cassavam a habilitação do ex-deputado acirraram os ânimos. A pena considerada branda para casos de homicídio culposo — de no máximo 4 anos de prisão — é o pano de fundo da discussão. Até agora, prevalece a alegação de que se trata de homicídio com dolo eventual, quando se assume o risco de matar.

As teses jurídicas estão sendo construídas ao longo dos meses que antecedem o júri — que ainda pode ser evitado, já que a defesa tenta provar na Justiça que este não é um caso para avaliação de jurados. Abaixo, em espaços iguais, confira as alegações dos dois lados. Entenda como a acusação pretende provar que Carli queria “voar” com o carro, enquanto a defesa reconhece a responsabilidade do ex-deputado e pedirá a condenação dele, mas por homicídio culposo.

Diego Ribeiro e Katia Brembatti

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

30 MAR 2014

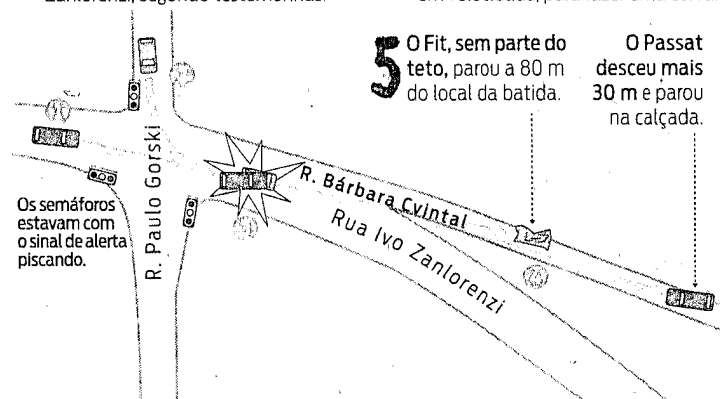
GUERRA DE ARGUMENTOS

O que aconteceu antes, durante e depois do acidente, em 7 de maio de 2009, está em jogo nas teses de defesa e acusação.

Ocidente

1 Carli Filho dirigia um Passat preto a 173 km/h. Ele seguia pela R. Ivo Zanlorenzi, segundo testemunhas.

2 O Honda Fit prata dobrava a esquina da Paulo Gorski para a Ivo Zanlorenzi, em velocidade, para fazer uma curva.



3 Quando o Fit acabava de virar, o Passat bateu na traseira e arrancou o capô. Os dois ocupantes do Fit tiveram morte instantânea.

4 Encavalados, os carros quebraram o meio-fio, derrubaram uma placa, caíram por um barranco e pararam na rua paralela.

As teses defendidas

DEFESA

ACUSACÃO

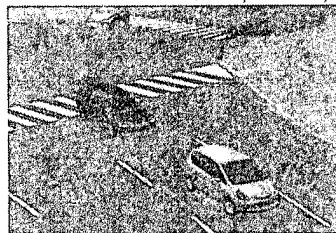
VISÃO DOS MOTORISTAS

Reconstituição da perícia



Dava pra ver o carro pela distância. A perícia indica que, da esquina em que estava o Fit, seria possível avistar um veículo que estivesse a até 115 metros – a exata distância em que Carli estaria. A tese da defesa argumenta que bastaria que o Fit tivesse parado antes de entrar na rápida para evitar o acidente. Ou, se tivesse olhado, não teria acessado a via.

Reconstituição da acusação



O ex-parlamentar viu o farol traseiro do veículo das vítimas, mas supôs “levianamente” que o acidente que resultou na morte dos jovens poderia não acontecer. As vítimas, ao fazerem a conversão à esquerda não tinham a visão dos faróis do veículo de Carli. O carro logo atrás do Honda conseguiu ver devido à alta velocidade do ex-deputado, explica, Assad.

CONTINUA

30 MAR 2014

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

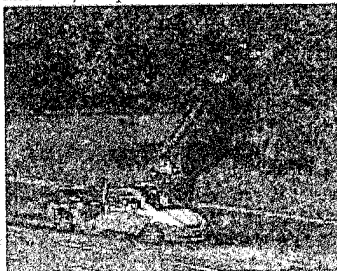
RUA PREFERENCIAL

O Honda furou a preferencial. Um CD apreendido pela polícia com imagens da câmera de segurança de um posto de combustível embasa a defesa. A imagem provaria que o Honda não parou no semáforo e acessou a preferencial sem observar se outro veículo estava na pista.

Não há preferencial quando alguém está a 173 km/h. Essa é a principal consideração da acusação sobre o argumento da defesa de que Carli Filho estava na preferencial. Segundo Assad, o ex-deputado estava a uma velocidade impensável para qualquer rodovia no Brasil.

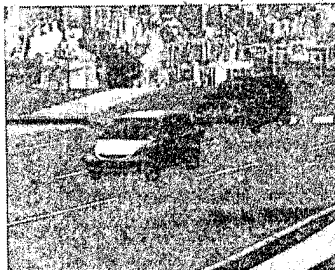
TRAJETÓRIA DO CARRO

Reconstituição da perícia



Trajeto do carro na versão da polícia é impossível. A defesa acredita que a conclusão da perícia sobre o movimento do carro é esdrúxula, tanto que a animação não foi nem finalizada – o carro para no ar. Para que o movimento fosse completado, o carro teria que colidir com o teto e a traseira. Porém, só há indícios de ter batido na frente.

Reconstituição da acusação



Carli Filho quis decolar com o carro na Rua Monsenhor Ivo Zanlorenzi naquele 7 de maio de 2009. Segundo o advogado Elias Mattar Assad, o ex-deputado acelerou e colocou o carro no lado esquerdo da pista para “cortar a leve curva à direita” que tem a rua. “O salto foi calculado de maneira bem fria e profissional”, afirma.

Fonte: Redação. Infografia: Gazeta do Povo.

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Defesa pedirá a condenação



30 MAR 2014

"Nunca esperamos a absolvição. Queremos a condenação. Mas por homicídio culposo"

René Dotti, advogado de defesa, de Carli Filho.

Negar a culpa do ex-deputado Luiz Fernando Ribas Carli Filho não está nos planos do advogado René Dotti. Ele pretende pedir a condenação do seu cliente, mas argumenta que Carli Filho deve pagar pelo que realmente fez. Motorista acusado da morte de dois jovens em um acidente de trânsito em 2009, o ex-deputado estaria sendo julgado, na opinião de Dotti, com base em conceitos que escapam ao que está previsto na lei.

O advogado reconhece que Carli Filho estava embriagado e dirigia em alta velocidade, mas rechaça a tese do chamado dolo eventual — quando a pessoa assume o risco de matar. Na visão do criminalista, só em casos de racha ou roleta russa (em sinal vermelho) é que ficaria caracterizado, pela atual legislação, o dolo eventual.

A defesa se apoia na tese de que se Carli estivesse disposto a matar é porque também teria assumido o risco de morrer. "Mas não há nenhum indício de que ele buscava a própria morte", comenta.

Preferencial

O advogado ainda reforça que, pelas leis de trânsito, não parar no semáforo intermitente é o mesmo que furar o sinal vermelho. Na opinião de Dotti, não se trata de culpar as vítimas. "Queremos apenas mostrar que os dois lados erraram", diz. Na prática, o argumento da defesa quer dizer que, se Carli estivesse sóbrio, mais devagar e mais perto do ponto de colisão, ainda assim poderia ter acontecido um acidente potencialmente fatal a partir do acesso não calculado a uma via preferencial.

Única testemunha ocular do acidente, o motorista de um carro que estava logo atrás ao das vítimas deve ser a principal arma tanto da defesa quanto da acusação. Em depoimento, ele disse que o carro em que estavam Gilmar e Carlos não parou e que, ao frear na esquina, viu a luz do farol do veículo que estava na pista principal. Dotti alega que o carro do ex-deputado estava entre 120 e 140 quilômetros por hora, bem acima do permitido no local: 60 km/h e abaixo do que diz a perícia, que aponta 173 km/h. "Mas dirigir em alta velocidade não significa consentir em matar alguém", finaliza.

Pena menor

Desde o mês passado, quando o caso foi analisado pelo Tribunal de Justiça do Paraná, o ex-deputado Carli Filho está sujeito a uma pena menor. Até então o processo estava sendo encaminhado como homicídio qualificado. Ao conseguir retirar a "qualificadora" do caso, que agora é tratado como homicídios simples, a defesa diminuiu o tempo máximo de condenação de 30 anos para 20 anos. (KB)

CONTINUA

Para acusação, Carli agiu como piloto



30 MAR 2014

"Temos um fator, a velocidade bem acima do limite admitido por qualquer estrada no Brasil."

Elias Mattar Assad, advogado de acusação.

Segundo o advogado Elias Mattar Assad, assistente de acusação do Ministério Público (MP), o ex-deputado não apenas guiava seu carro, mas pilotava de forma audaciosa e, por tentar uma manobra, sem importar-se com o resultado, Assad alega que Carli guiou seu Volkswagen Passat como se estivesse em uma pista de corrida, realizando um movimento típico de pilotos profissionais.

"Ele teve um cálculo matemático de piloto. Foi bem para esquerda. Ele pensou que, quando estivesse chegando ao ponto de inflexão da pista [entre o auge e o declive da pista na Rua Monsenhor Ivo Zanlorenzi], teria de apontar o máximo para direita para dar um salto em linha reta", explica o advogado.

Com essa afirmação, o advogado tenta encerrar uma

discussão pela qual tem lutado nos últimos anos. "Ele tentou saltar em linha reta para aterrissar mais adiante. Talvez, ele tenha feito um cálculo que jamais aterrizaria em cima [do veículo das vítimas], talvez ele tenha pensado que até poderia levar o carro pelos ares, por cima", comenta.

Para Assad, Carli Filho cometeu duplo homicídio com dolo eventual. De acordo com o advogado, a perícia realizada pelo Instituto de Criminalística tem um alto grau de exatidão. E explica que a velocidade faz parte de uma conjunção de fatores.

"Temos um fator, a velocidade bem acima do limite admitido por qualquer estrada no Brasil. Há ainda a confissão de que ele ingeriu vinho", explica. Para constatação do dolo eventual, há ainda a manobra, segundo Assad,

que comprova que Carli Filho não se importou com o resultado "morte".

Quando o Honda Fit entrou na via rápida havia, naquelas esquinas, sinaleiros piscando a luz amarela. A rua em que o ex-deputado estava era preferencial, um dos argumentos da defesa. "Com o farol amarelo, piscando, não tem preferencial. Não existe preferencial para 173 km/h. Ninguém pode andar no Brasil em rodovia alguma nessa velocidade", reforça Assad.

Para Assad, o motorista do Honda Fit não viu os faróis xenon do veículo Volkswagen Passat, do ex-deputado. O advogado alega que a velocidade do deputado era tamanha que logo chegou próximo ao cruzamento, o que possibilitou que o motorista do veículo que estava atrás do Honda não seguisse adiante.

"Está provado por perícia que os rapazes entraram na via, não viram nada à direita e entraram. Depois, o motorista do segundo veículo olhou e viu o farol", comenta o advogado. Para ele, se o motorista que chegou atrás do Honda Fit na Rua Paulo Gorski percebeu o farol do carro de Carli Filho, é sinal de que o então parlamentar também poderia ter visto os faróis vermelhos do veículo das vítimas. (DR)

30 MAR 2014

COLUNISTA

Celso Nascimento: “Os juízes do Paraná desconfiam de que não lhes será pago o auxílio-moradia”.

Celso Nascimento

Data venia!

Os juízes do Paraná desconfiam de que não lhes será pago o auxílio-moradia que, com tanto custo, conseguiram ver instituído por uma lei aprovada pela Assembleia e sancionada pelo governador em exercício no dia 11. Na dúvida, decidiram fazer um mutirão para que chegue ao presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Guilherme Luiz Gomes, um manifesto no qual suplicam pela imediata implantação do benefício.

O texto do manifesto foi distribuído a todos os juízes e a eles compete assiná-lo e remetê-lo ao tribunal. Há uma explicação prévia, encaminhada separadamente, que dá uma informação espantosa: o desembargador Guilherme Luiz Gomes disse em recente reunião com a diretoria da Associação dos Magistrados do Paraná (Amapar) que “falta orçamento” para pagar o benefício, o que pode levá-lo a indeferir requerimento com a reivindicação protocolado pela associação.

Os autores do manifesto fazem questão de afirmar, porém, que ele está sendo lançado como uma iniciativa “espontânea dos magistrados” e não da Amapar, muito embora conte com o apoio da entidade classista e de seu presidente, o juiz Frederico Mendes, ao que se referem no texto com a intimidade do apelido “Fred”.

Explicam também que a questão é urgente e que, apesar das dúvidas que pairam no ar, confiam no desembargador Guilherme Luiz Gomes, a quem definem como “pessoa do mais alto gabarito, enfim, democrático, pelo que, seu posicionamento será o de um digno Presidente do Tribunal, acatando o Requerimento da Amapar e dos colegas”.

GAZETA DO POVO

O movimento dos juízes tem como causa o que se relata num dos parágrafos do próprio manifesto. Diz assim:

“Diante de rumores e boatos vários que tornam nebulosa a efetiva implantação do auxílio-moradia, e já existindo pedido da Amapar para a sua concessão, só nos resta, em apoio associativista incondicional, individual e coletivamente, clamarmos pela imediata implantação do benefício, verba esta constitucional e legal, que, além de cumprir finalidade ínsita à contraprestação do custo da mobilidade do Magistrado por dever e ônus do ofício, também minorará as agruras vividas pelo arrocho dos subsídios.”

Em outro trecho, assinala o manifesto:

“Nós Magistrados Paranaenses já enfrentamos todo tipo de desgaste para a aprovação do referido auxílio, desgaste político seja com o Legislativo ou com o Executivo, desgaste com instituições como a OAB e o MP, até mesmo desgaste popular e com a imprensa, e mesmo assim não esmorecemos. Todos os desgastes foram superados e nos sagramos vencedores. E o mais importante, para todos os efeitos, seja para a mídia ou para a população em geral, já estamos recebendo o auxílio-moradia.”

Data venia, “o peso e as agruras dele [auxílio-moradia] já carregamos, nos falta o pagamento.”

30 MAR 2014

GAZETA DO POVO

Uma ode à democracia

Os 50 anos do golpe militar de 1964 oferecem a oportunidade ideal para refletir sobre as virtudes e a força da democracia

A democracia está em crise? Essa foi a pergunta que a revista britânica *The Economist* lançou, semanas atrás. Aparentemente, os modelos autocráticos estariam levando a melhor sobre as nações em que imperam as liberdades democráticas, diz a revista. Enquanto a China, com sua economia controlada com mão de ferro pelo Partido Comunista, tem taxas de crescimento invejáveis, os Estados Unidos, a democracia mais madura do planeta, mal conseguem aprovar orçamentos e estiveram à beira do calote duas vezes. O sonho de democracia no Egito virou pesadelo, primeiro com a Irmandade Muçulmana, que se esqueceu de governar para todos, e depois com um novo regime militar, que condena à morte opositores. Não poderia haver época melhor para refletir sobre as virtudes da democracia que essa, quando o Brasil recorda os 50 anos do golpe que tirou João Goulart do poder e instalou em seu lugar um regime militar que durou 21 anos.

O pessimismo com a democracia ao redor do mundo só se justifica num olhar de curto prazo. Não compartilhamos da ironia feroz de Winston Churchill, para quem “a democracia é a pior forma de governo, com exceção de todas as outras”. Na verdade, a democracia é a única forma de governo que permite a seus cidadãos desenvolver suas potencialidades ao máximo. Pouco mais de 70 anos atrás, Friedrich von Hayek, em sua obra *O caminho da servidão*, alertava sobre todos os danos causados pelo excesso de intervencionismo e pelo solapamento da democracia. Economias rigidamente controladas, dirigismo estatal, manias de planificação, concorrência sufocada, tudo isso aleija a sociedade, privando-a da maior força que leva adiante um país: a iniciativa de seus cidadãos. A crítica de Hayek, ainda que feita de um ponto de vista mais econômico e mirando o flerte da intelectualidade ocidental com o socialismo, pode ser facilmente aplicada à vida política e a qualquer centralismo, independentemente da ideologia que o guia.

Isso ocorre porque a democracia é muito mais que a realização periódica de eleições. Afinal, até a Cuba dos Castro, a Coreia do Norte dos Kim, o Iraque de Saddam Hussein e o Brasil dos militares organizavam ou organizam pleitos. Mas em todos esses casos faltavam as outras liberdades que constituem uma democracia sólida: as liberdades de associação e de expressão, que fazem do cidadão, sozinho ou organizado, verdadeiro ator político, capaz não apenas de cobrar do poder público, mas de agir diretamente pelo desenvolvimento do local onde vive; a independência entre poderes, o respeito ao Estado democrático de direito e a primazia da Constituição, que garantem que o governante seja fiscalizado e responsabilizado por seus atos; a liberdade de empreender, que permite a cada um perseguir sua vocação profissional sem um poder estatal a bloquear a concorrência ou a fazer definhar negócios afogados em burocracia; e as liberdades chamadas “positivas”, que dão ao cidadão os meios para buscar sua realização: a saúde, a educação, o respeito à dignidade humana.

O caminho para um Brasil mais próspero no futuro passa obrigatoriamente pelo respeito integral a esses princípios, mas a jovem democracia brasileira ainda convive com a tentação autoritária que busca erodi-las. Boa parte do grupo que chegou ao poder no início deste século (e que inclui pessoas que lutaram contra o regime militar não para democratizá-lo, mas para transformá-lo em uma ditadura de esquerda) não esconde sua admiração pela mais abjeta das ditaduras latino-americanas: a dos irmãos Castro, em Cuba — embora seja preciso reconhecer que a admiração nunca tenha se transformado em tentativas concretas de fazer do Brasil uma Cuba gigante. Também não são poucos os que invejam a Venezuela chavista ou a Argentina que, com sua Lei de Meios, sufoca a liberdade de imprensa — liberdade, aliás, que volta e meia é agredida no Brasil por meio da censura. Getúlio Vargas, que defendeu explicitamente a necessidade da ditadura e abafou a democracia no país com o Estado Novo, é outro que coleciona admiradores justamente por seu lado autoritário. Do outro lado, militantes anticomunistas pedem um novo golpe militar para remover os atuais governantes. Nossa democracia, para se solidificar, precisa de um caldo de cultura democrática — a consciência de que os valores democráticos também dependem de nós e de nosso esforço para evitar um individualismo que nos leva a não nos preocuparmos com a sociedade — e de eterna vigilância para que nunca mais vejamos a noite escura do autoritarismo.

30 MAR 2014

GAZETA DO POVO

! Ditadura nunca mais!

ARTIGO

LÉO DE ALMEIDA NEVES,
membro da Academia
Paranaense de Letras,
ex-diretor do Banco do Brasil e
ex-deputado federal.

LÉO DE ALMEIDA NEVES

Em 31 de março de 1964 teve início, em Belo Horizonte, o movimento militar liderado pelo general Olímpio Mourão Filho, que resultou na implantação de uma ditadura militar que perdurou por 21 anos. O país vivia em plena democracia, asseguradas todas as liberdades. O Congresso Nacional manifestava-se com plenitude. O Poder Judiciário exercia suas funções livremente. No ano seguinte, em 1965, haveria eleição presidencial, na qual deveriam concorrer Juscelino Kubitschek, pelo PSD; Carlos Lacerda, pela UDN; e talvez o governador de Pernambuco, Miguel Arraes, pela esquerda.

Mais que as agitações internas, parece-me que o fator principal da ditadura militar no Brasil proveio da interferência dos Estados Unidos. Documentos divulgados revelam de forma inequívoca a interferência norte-americana para a deposição de João Goulart. Reunião gravada do presidente John Kennedy com o então embaixador americano no Brasil, Lincoln Gordon, e personalidades do *staff* governamental aponta contatos com militares e providências administrativas para derrubar João Goulart. Está gravado que o presidente Kennedy, em reunião em 30 de

julho de 1962, na Casa Branca, "manifesta apoio a movimento militar para tirar Jango do poder". É sabido que a América do Norte também ajudou a instalar ditaduras militares no Chile, na Argentina, no Uruguai e na Bolívia.

João Goulart evitou a luta fratricida e o derramamento de sangue por duas vezes: em março/abril de 1964 e, anteriormente, na campanha pela sua posse liderada pelo governador Leonel Brizola, após a renúncia de Jânio Quadros, em 25 de agosto de 1961.

Conforme o livro *1964: O DNA da Conspiração*, de 2012, escrito pelos coronéis do Exército Gastão Rubio de Sá Weyne e Jônathas de Barros Nunes, nos primeiros meses da ditadura 50 mil pessoas foram presas; 2.127 processos foram instaurados no governo Castelo Branco e 4.460 no governo Garrastazu Médici.

O jornalista Fernando Rodrigues, em sua coluna na *Folha de S. Paulo* de 1º de fevereiro de 2010, publica alguns números alarmantes das arbitrariedades da ditadura, que transcrevo a seguir: "Perto de 20 mil brasileiros foram submetidos a torturas; mandatos políticos cassados passaram de 4,8 mil; calcula-se que 50 mil pessoas tenham sido presas somente no início do período autoritário e milhares de prisões políticas não tiveram registro oficial. Cerca de 400 acabaram mortos ou estão desaparecidos até hoje".

Nos porões do DOI-Codi (instrumento da ditadura), a prática de tortura generalizou-se; muitos foram assassinados e há mais de 153 desaparecidos.

A ditadura perseguiu intelectuais e cientistas que foram cassados das cátedras universitárias e dos institutos de pesquisa, dentre eles Fernando Henrique Cardoso. É datado de 26 de fevereiro de 1969 o famigerado Decreto-Lei 477, que autorizou as reitorias das universidades a expulsar estudantes e demitir professores.

Não me eximo de reconhecer méritos dos governos militares. Castelo Branco fundou, em 1966, a Embratur e a Zona Franca de Manaus, e decretou o Estatuto da Terra, com a aprovação do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (Ibra), hoje Incra. Decretou o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). O presidente Costa e Silva criou importantes empresas estatais: a Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM), a Empresa Brasileira de Aeronáutica S/A (Embraer) e a Petrobras Química S/A (Petroquisa), braço petroquímico da nossa estatal do petróleo.

CONTINUA

30 MAR 2014

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Médici instituiu o Primeiro Plano de Desenvolvimento, de 1972 a 1974. Ernesto Geisel restaurou relações diplomáticas com a China, reconheceu a independência de Angola, revogou o Acordo Militar Brasil-Estados Unidos e assinou o Acordo Nuclear com a Alemanha Ocidental para a construção de dez usinas nucleoeletricas no Brasil. Fundou a estatal Nuclen e instalou fábrica para construção de equipamentos nucleares em nosso território. Estabeleceu o programa do Proalcool. Construiu grande parte das usinas hidrelétricas de Tucuruí e Itaipu.

A imprensa divulgou, na época, que o presidente Geisel disse ter sido impulsionado a revogar o AI-5 no fim de 1978 pelos argumentos expostos no Congresso Nacional da OAB, em Curitiba, convocado pelo dr. Eduardo Rocha Virmond, então presidente da OAB do Paraná. João Batista Figueiredo concluiu o processo de redemocratização e devolveu o poder aos civis.

Deplorável que, decorridos 29 anos do fim da ditadura, não tenham sido esclarecidos dois assassinatos de personalidades notórias: o do ex-deputado federal Rubens Paiva e o de Vlademir Herzog, diretor da TV Cultura de São Paulo, preso, torturado e morto com simulacro de suicídio por enforcamento.

Acontecimentos recentes contribuíram para corrigir a iniquidade da história: a restituição simbólica, pelo Congresso Nacional, dos mandatos dos senadores e deputados federais cassados pelo regime militar, e honras oficiais e militares a João Goulart em Brasília, com a presença da presidente Dilma Rousseff, após a exumação do corpo de Goulart em São Borja.

Felizmente, depois dos 21 anos de opressão, consolidou-se a democracia no Brasil sob a égide da Constituição Cidadã de 5 de outubro de 1988. Hoje, é praticamente unânime o repúdio do povo brasileiro a atos discriminatórios. Podemos dizer a uma só voz: "ditadura nunca mais, democracia para sempre!"

30 MAR 2014

GAZETA DO POVO

Reinaldo
Bessa

Silêncios da dor

Causou impacto – e revolta – o estudo divulgado pelo Ipea em que 63% dos brasileiros entrevistados disseram que casos de violência dentro de casa devem ser discutidos somente na família. Especialistas dizem que as informações revelam uma sociedade doente. Em uma triste coincidência, uma menina de 4 anos foi morta por espancamento pela própria mãe, em Colombo, sexta-feira. Além das surras constantes, a garotinha sofria abuso de um parente, e nada havia sido denunciado por vizinhos ou familiares.

Silêncios da traição 1

?

No fim desta semana, apareceu outro dado de comportamento, revelado por um site de relacionamentos. Na pesquisa do Victoria Milan, 67% das pessoas consultadas disseram que teriam um caso com o chefe em troca de promoção ou aumento salarial. Outros 55% acreditam que seu parceiro o perdoaria se o objetivo fosse "apenas obter aumento". Enquanto isso, casos de assédio sexual (e moral) no ambiente de trabalho seguem ocorrendo impunemente.

...

O estudo questionou mais de 3 mil homens e mulheres, usuários do site, que tem 4 milhões de associados em 33 países, inclusive o Brasil.

Silêncios da traição 2

O comunicado do Victoria Milan, que reúne pessoas que queiram ter um caso extraconjugal, diz que a intenção da pesquisa é "reacender o debate acerca da dinâmica dos relacionamentos associados ao local de trabalho".

Um quarto dos jovens brasileiros já dirigiu sob efeito do álcool

Um quarto dos jovens brasileiros diz já ter dirigido alcoolizados, segundo estudo da Unifesp publicado na última semana. O índice é muito maior entre os homens (34,9%) do que entre as mulheres (3,8%). No entanto, um quarto das entrevistadas diz já ter sido passageira de um carro no qual o motorista havia bebido. O número difere entre as regiões do país. O Centro-Oeste tem o maior índice de jovens que pegam o carro bêbados: 45%. No Sudeste, o índice é um pouco menor do que a média nacional: 19% contra 26%.

Entrelinhas

Cinquentenário

"O Direito e os 50 anos do golpe de 1964" é o tema do painel que a Universidade Tuiuti do Paraná promoverá nesta segunda-feira, dia 31, data que marca o cinquentenário da ação militar que depôs o presidente João Goulart e inaugurou 21 anos de regime autoritário no país. Três palestrantes foram convidados para falar sobre Direito Penal após o golpe, tortura como instrumento de estado e revisão da lei de anistia: são os professores Dálio Zippin Filho, Vítório Sorotiuk e Wagner D'Angelis, sob a coordenação do professor Cláudio Henrique de Castro. O evento conta com o apoio do Instituto Cidadania, Ética e Justiça e do Centro Heleno Fragoso de Direitos Humanos. O seminário será realizado no Campus Mossunguê, das 19 às 21 horas. Inscrições ainda podem ser feitas pelo fone 3331-7652.

30 MAR 2014

GAZETA DO POVO

Notas
Políticas

Juiz removido pelo mensalão

O juiz da Vara de Execuções Penais de Brasília Bruno Ribeiro, responsável pelos presos do processo do mensalão, foi removido de seu posto e enviado, pela direção do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, para um juizado especial de pequenas causas. Ele assume a nova função no dia 2 de abril. A designação para o novo cargo aconteceu na última sexta-feira, mesmo dia em que Ribeiro apresentou sua defesa numa investigação que a corregedoria do tribunal instaurou contra ele a pedido do governador **Agnelo Queiroz (PT)**. A investigação foi motivada por uma resposta dada por Agnelo ao juiz num processo que analisa supostas regalias concedidas aos presos do mensalão. Enquanto apurava denúncias sobre alimentação diferenciada oferecida aos condenados, Ribeiro questionou Agnelo se o sistema prisional do Distrito Federal era capaz de manter um tratamento isonômico para detentos.

30 MAR 2014

GAZETA DO POVO

ONGs acusam o Brasil de estar se tornando Estado de exceção

O Brasil foi acusado na última sexta-feira por dez entidades da sociedade civil brasileira, em audiência na Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), de estar se tornando um Estado de exceção, devido a arbitrariedades cometidas na repressão policial a cidadãos durante as manifestações do segundo semestre de 2013. Segundo as organizações, os governos são incapazes de aplicar com rigor as leis do país, o que fere a democracia e a liberdade de expressão. Também apontam a ausência de punição exemplar das violações cometidas pelas forças de segurança, por erros do Judiciário e pelas iniciativas de endurecer a legislação e criminalizar quem protesta. Para o Brasil, as organizações dramatizaram as afirmações.

“Temos um arcabouço legislativo democrático, mas as práticas do Estado não são democráticas. Estão muito longe disso e são muitas vezes autoritárias”, afirmou Camila Marques, da ONG Artigo 19.

As organizações argumentaram que, além de uso excessivo de força, 1,7 mil prisões feitas em protestos desde junho de 2013 representam violações básicas de direitos, como a ausência de

indícios de crime, e resgatam fantasmas autoritários, como prisão para averiguação, montagem ilegal de flagrante, coação em depoimentos, imputação de associação criminosa a manifestantes que não se conheciam, incomunicabilidade e isolamento.

O Judiciário foi acusado de violar direitos humanos, com a proibição de protestos em dia de jogos da Copa das Confederações, e imposição de censura prévia, impedindo manifestantes detidos de comparecerem a atos posteriores. O Legislativo, segundo as entidades, apresentou 15 projetos de lei criminalizando manifestantes e propondo tipificação de terrorismo.

As organizações criticaram ainda o uso do Exército como força de segurança. Segundo as entidades, 20 mortes foram registradas em decorrência dos protestos e 83 jornalistas foram alvo de violência cobrindo os atos.

O Itamaraty enviou time de primeiro escalão para apresentar a defesa do país, o que foge à praxe perante a CIDH. Foi a Washington o subsecretário de Assuntos Políticos, embaixador Carlos Antônio da Rocha Paranhos, braço-direito do chanceler Luiz Alberto Figueiredo.

Após a audiência, o embaixador Paranhos rebateu: “Isso é obviamente um exagero, o Brasil é um Estado plenamente democrático, temos mecanismos de pesos e contrapesos, temos a Secretaria de Direitos Humanos, o Ministério da Justiça, a Comissão Nacional de Direitos da Pessoa Humana”.

30 MAR 2014

GAZETA DO POVO

TRF4 abre seleção para 16 novos juizes

Agência JC Concursos

O Tribunal Regional Federal da 4ª Região, que engloba os Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, abre a partir das 13 horas do dia 7 de abril as inscrições do concurso que vai ocupar 16 postos na carreira de juiz federal substituto.

Para concorrer, o candidato deve ser bacharel em direito e ter, até a data da inscrição definitiva, pelo menos três anos de atividade jurídica exercida após a obtenção do grau de bacharel em direito. A remuneração é de R\$ 23.997,19.

As inscrições serão recebidas pelo site www.trf4.jus.br/concursojfs até as 18 horas de 6 de maio e o valor da taxa de participação é de R\$ 190.

A seleção terá as etapas de prova objetiva seletiva (às 8 horas do dia 20 de julho); provas escritas — discursiva (às 8 horas do dia 31 de outubro), prática de sentença civil (às 8 horas do dia 1º de novembro) e prática de sentença penal (às 8 horas do dia 2 de novembro); e provas orais (em datas a serem divulgadas). Os aprovados ainda passarão por inscrição de-

finitiva, exames de sanidade física e mental e psicotécnico, além de avaliação de títulos.

As avaliações objetivas serão realizadas nas três capitais da Região Sul, nos seguintes locais: Faculdade Porto-Alegrense (FAPA), nas Avenida Manoel Elias, 2001, Morro Santana, em Porto Alegre (RS); Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC/PR), Bloco 5 - Escola de Direito e Escola de Comunicação e Artes - Rua Imaculada Conceição, 1155, Prado Velho, em Curitiba (PR); e Instituto Estadual de Educação (IEE), na Avenida Mauro Ramos, 275, Centro, em Florianópolis (SC).

R\$ 23,9 MIL

é a remuneração inicial para os juizes federais substitutos que serão selecionados no concurso cujas inscrições começam no dia 7 de abril. Processo terá prova objetiva, discursiva e oral.

31 MAR 2014

GAZETA DO POVO

PR tem menor proporção de delegados por habitantes do país

Neste ano, 99 profissionais poderão se aposentar, agravando o quadro. Déficit impacta nas investigações

Felippe Anibal

Estado com o menor número de delegados da Polícia Civil em relação à população, o Paraná está em vias de ver este quadro se agravar. Ao longo deste ano, 99 desses servidores estarão em condições de se aposentar, desligando-se oficialmente da corporação. Atualmente, o estado tem um delegado para cada 30,8 mil paranaenses. Se considerarmos que, dos 356 profissionais desta categoria, 92 estão afastados, o panorama fica ainda pior. Enquanto o governo do estado faz as contas para definir quando haverá novas contratações, 48 das 161 comarcas sofrem sem contar com um delegado sequer (veja no gráfico desta página).

A falta deste policial tem impacto direto na segurança pública. É de exclusividade dos delegados a execução de

tarefas como as de formalizar prisões feitas em flagrante e presidir os inquéritos policiais. Sem eles, não se iniciam novas investigações. Não há justiça, porque, sem este procedimento, os crimes jamais chegarão a ser julgados.

“A atividade de polícia judiciária é um dos elos de um sistema de segurança. Se não tem delegado para conduzir os inquéritos, todo o sistema é comprometido, resultando em impunidade e insegurança”, disse Algacir Mikalovski, coordenador do Núcleo de Pesquisa Sobre Segurança, da Universidade Tuiuti, e delegado da Polícia Federal.

A última contratação de delegados no Paraná ocorreu em 2010. De lá pra cá, as vagas abertas com aposentadorias ou exonerações não foram preenchidas. Desde então, o número desses servidores no estado caiu 15%. Hoje, seis unidades da federação que têm população bastante inferior à do Paraná contam com mais delegados. É o caso de Santa Catarina, que tem 6,6 milhões de habitantes e dispõe de 408 profissionais. Já o Rio Grande do Sul, que conta 11,1 milhões de pessoas, ostenta um quadro de 548 delegados: 65% a mais que o Paraná.

Efetivo

Para o Sindicato dos Delegados do Paraná (Sidepol), o estado precisaria de um efetivo de pelo menos 550 profissionais, para preencher as comarcas vazias e garantir a reestruturação pela qual passa a Polícia Civil. “A segurança pública não é cara. Basta que a gente observe o preço da insegurança”, defendeu o presidente do Sidepol, Cláudio Marques Rolin e Silva.

A falta de delegados é um dos entraves à criação da Divisão de Homicídios e Proteção à Pessoa — cujo projeto ainda não saiu do papel — e tem relação direta com o baixo índice de solução de assassinatos. No ano passado, a Gazeta do Povo mostrou, na série de reportagens “Crime Sem Castigo”, que 77% dos homicídios ocorridos na última década não foram resolvidos. Outro ponto é que o governo criou novas delegacias especializadas — como Delegacias da Mulher — sem que se ampliasse o efetivo para atuar nessas unidades.

CONTINUA

31 MAR 2014

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

FALTAM DELEGADOS

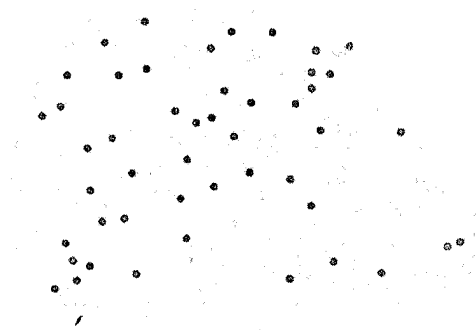
Confira no ranking a proporção de delegados por habitantes no Brasil:

| | Delegados | População em milhões | Proporção 1 delegado para cada: |
|---------------------|-----------|-------------------------|------------------------------------|
| Paraná | 356 | 11,0 | 30,9 mil hab |
| Rio de Janeiro | 552 | 16,4 | 29,7 |
| Rio Grande do Norte | 137 | 3,7 | 27,3 |
| Ceará | 334 | 8,8 | 26,3 |
| Alagoas | 131 | 3,3 | 25,2 |
| Piauí | 147 | 3,2 | 21,7 |
| Minas Gerais | 964 | 20,6 | 21,4 |
| Espírito Santo | 183 | 3,8 | 21,0 |
| Rio Grande do Sul | 548 | 11,2 | 20,4 |
| Maranhão | 371 | 6,8 | 18,3 |
| Pernambuco | 514 | 9,2 | 17,9 |
| Goiás | 374 | 6,4 | 17,2 |
| Mato Grosso | 190 | 3,2 | 16,7 |
| Bahia | 899 | 15,0 | 16,7 |
| Santa Catarina | 408 | 6,6 | 16,3 |
| Sergipe | 142 | 2,2 | 15,5 |
| Pará | 546 | 7,1 | 14,6 |
| Amazonas | 268 | 3,8 | 14,2 |
| São Paulo | 3.117 | 43,7 | 14,0 |
| Paraíba | 296 | 3,9 | 13,2 |
| Mato Grosso do Sul | 228 | 2,6 | 11,3 |
| Acre | 79 | 0,8 | 9,8 |
| Tocantins | 171 | 1,5 | 8,7 |
| Distrito Federal | 399 | 2,8 | 7,0 |
| Amapá | 125 | 0,8 | 5,9 |

* Rondônia e Roraima não tiveram seus dados informados

COMARCAS SEM DELEGADO

O Paraná tem 48 comarcas sem um delegado de polícia sequer. Veja onde elas estão:



Fonte: Adepol-BR. Infografia: Gazeta do Povo.

CONTINUA

3 1 MAR 2014

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

"A gente só enxuga gelo", diz delegado

¶ No interior do estado, a falta de delegados gera uma sobrecarga preocupante. Um único delegado chega a cobrir cidades de comarcas diferentes. Precisa se desdobrar para manter o atendimento, mas — é claro — há um impacto negativo na qualidade do serviço. "Infelizmente, a gente só 'enxuga gelo'. A gente vive em deslocamento, de uma cidade para outra. Investigação, mesmo, não tem como fazer", disse um delegado do Norte do estado, que responde por três comarcas. "É muito estressante", completou.

Um delegado que hoje trabalha na região de Curitiba conta que, quando estava no Noroeste do estado, chegou a acumular oito cidades — três delas, sedes de comarca. Na maioria das vezes, o atendi-

mento era feito à distância.

"Fazíamos a orientação pelo telefone, fax, ou e-mail. Basicamente, orientávamos o policial militar ou o escrivão que estava na outra delegacia, sobre o que ele deveria fazer na situação questão. Era humanamente impossível estar presente em todas as unidades", lembrou.

O presidente do Sidepol, Cláudio Marques Rolin e Silva, corrobora a reclamação dos colegas e reitera que, nessas comarcas, o trabalho de investigação inexistente. "Não tem como fazer operações nesses lugares, pela falta de delegado. Há um prejuízo muito grande", destacou.

Marques acrescenta que alguns delegados chegam a atender cidades separadas por mais de 150 quilômetros. Para ele, os prejuízos são muitos. Enquanto está em deslocamento, o delegado não produz. Além disso, o dinheiro gasto com o combustível para as viagens também sai dos cofres do estado. (FA)

"A atividade de polícia judiciária é um dos elos de um sistema de segurança. Se não tem delegado para conduzir os inquéritos, todo o sistema é comprometido, resultando em impunidade e insegurança."

Algacir Mikalovski, coordenador do Núcleo de Pesquisa sobre Segurança, da Universidade Tuiuti, e delegado da Polícia Federal.

CONTINUA

31 MAR 2014

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Contratações devem ocorrer em breve, diz governo

! Ao lançar o programa “Paraná Seguro”, em 2011, o governo do estado se comprometeu a contratar 360 delegados até o fim de 2014. O concurso, porém, só foi realizado no fim do ano passado e até agora nenhum dos 345 aprovados foi chamado para assumir o cargo. A Secretaria de Estado da Segurança Pública (Sesp) e a Polícia Civil afirmam que os procedimentos administrativos para a contratação estão em andamento e devem ser finalizados “em breve”, mas, por enquanto, não há previsão de quando os novos profissionais serão incorporados e quantos serão chamados.

Por meio de nota, a Sesp reconheceu a defasagem do quadro de delegados. Em entrevista concedida à Gazeta do Povo no dia 11 de março, logo após ter assumido a Sesp, o secretário Leon Grupenmacher já havia estimado que seria preciso dobrar o número desses policiais, mas considerava que seria impossível chegar a este patamar.

“Um delegado a mais, pelo que o delegado-geral Riad [Farhat] me falou, já é uma grande coisa. Então, se eu tiver mais 50, ou 30, vai trazer um resultado já muito bom”, disse à época.

O presidente do Sidepol, Cláudio Marques Rolin e Silva, disse que o sindicato tem se reunido frequentemente com setores do governo do estado e que a expectativa é de que as contratações ocorram, mesmo, logo. “Creio que vamos ampliar

bastante o quadro de delegados, mas ainda não vai ser o suficiente”, apontou.

Apesar do diálogo com o governo, Marques defende urgência máxima no chamamento dos aprovados. “Vários candidatos também passaram em outros concursos, como o da PF e da Polícia Civil de Goiás. Então seria bom que eles fossem contratados logo, para não perdermos esses profissionais”, opinou.

Enquanto isso, os aprovados no concurso se dividem entre a expectativa de serem chamados e a vontade de contribuir para minimizar o déficit. “Se o governo quiser, em três meses podemos estar nas ruas, atendendo a população”, disse um dos aprovados. (FA)

345 É O NÚMERO

de aprovados no último concurso para delegados da Polícia Civil, realizado no fim de 2013, no Paraná. Nenhum deles foi nomeado ainda. O governo estadual não tem data ainda para que isso seja feito.

SOBRECARGA

No Litoral, profissional faz “rodízio” para poder atender três cidades

Oswaldo Eustáquio

Três dos sete municípios do Litoral do Paraná não contam com a presença de um delegado de polícia. As delegacias de Morretes e Antonina são atendidas pelo delegado Lauro Gritten, que acumula o cargo de delegado adjunto da 1ª Subdivisão Policial em Paranaguá. Ele também é responsável por Guaraqueçaba, local em que não existe sequer a presença física da Polícia Civil. Onde funcionava a antiga delegacia há mais de dez anos, o local foi tomado pelo mato. Quando acontece algum caso de agressão que necessita ser lavrado um flagrante, as pessoas envolvidas têm que se dirigir até a delegacia de Antonina. As dezenas de ilhas que pertencem aos municípios litorâneos, muitas delas já sofrendo com o tráfico de drogas, também penam com a ausência da autoridade policial. Para atender esses três municípios sem delegado, Gritten tem de fazer uma espécie de rodízio porque só em Paranaguá, município em que ele fica, são mais de quatro mil inquéritos em andamento e a delegacia da principal cidade do litoral registram em média cinco boletins de ocorrência por dia, o que demanda bastante tempo dos dois delegados de Paranaguá. Em dezembro do ano passado, moradores de Antonina realizaram uma manifestação pedindo a designação de um delegado exclusivo para atender a cidade, depois da morte da adolescente que foi encontrada com sinais de abuso sexual em um matagal nas proximidades da Avenida Conde Matarazzo em dezembro do ano passado. O delegado foi procurado pela reportagem da **Gazeta do Povo**, mas não quis comentar o assunto.

31 MAR 2014

GAZETA DO POVO

Paraná perde o olhar de Belmiro

Professor e colunista da **Gazeta do Povo** faleceu no último sábado, vítima de mal súbito do coração. Seu enterro será hoje

Um homem que pensava o Paraná e o Brasil sob a ótica de Estado. Intelectual e defensor dos interesses dos paranaenses a longo prazo. Humano e sensível, que doou seu tempo ao desenvolvimento das pessoas. Assim foi Belmiro Valverde Jobim Castor, professor, economista e ex-secretário do Planejamento e da Educação do Paraná, que faleceu no último sábado, aos 71 anos, vítima de um mal súbito do coração.

O falecimento surpreendeu a todos ao seu redor, entre familiares e os muitos amigos que o acompanhavam. Retirou-se para dormir no sábado, mas, pouco depois, sua esposa, Thereza Elizabeth Bettega Castor, percebeu que ele passava mal. Chamou o socorro, mas não houve tempo para reverter seu quadro. Ele já havia tido problemas do coração anteriormente. Seu corpo começou a ser velado às 11 horas desse domingo, na capela 4 do cemitério Água Verde, em Curitiba. O sepultamento será hoje, às 16 horas. Belmiro deixou esposa e duas filhas.

Últimos planos

Segundo amigos, estava planejando férias com viagem para a Europa, para assistir à

cerimônia de canonização do papa João Paulo 2.º, e também para visitar uma filha, que mora na Alemanha. Enquanto planejava a viagem, dedicava-se a atividades comunitárias, em especial a Escola João Paulo 2.º, que atende crianças carentes em Piraquara, na Região Metropolitana de Curitiba.

O nome da escola presta homenagem ao papa, a quem cultivava especial devoção. Ao lado de sua esposa, Belmiro queria que crianças pobres tivessem o mesmo ensino de qualidade — pré-escola, fundamental e contraturno — “como aquele que têm nossos filhos e netos”, como dizia, segundo Aroldo Murá Haygert, presidente do Instituto Ciência e Fé de Curitiba e autor da coleção Vozes do Paraná.

Esse foi o mote para a construção da escola, que conta com projeto de arquitetura doado por Manoel Coelho e que hoje é mantida pela comunidade empresarial e amigos. Seu coração carregava as crianças atendidas na escola como seus netos. Maria Eliane de Aguiar, pedagoga da escola, conta que só conseguiu concluir a faculdade porque teve a ajuda de Belmiro. “Ele considerava os 282 alunos como se fossem seus netos e assim os chamava informalmente. Vamos sentir falta dele por nos mostrar que é possível ter uma educação de qualidade”, lamentou Maria.

Trajatória

Nascido em Juiz de Fora e curitibano por adoção, Belmiro era bacharel em Direito e PhD em Administração Pública

pela University of Southern California. Também era colunista da *Gazeta do Povo* desde 1995. Foi autor do livro “O Brasil não é para Amadores: Estado, Governo e Burocracia na Terra do Jeitinho”, que teve tradução para o inglês. Como professor, dava aulas na Universidade Positivo e na FAE Business School, no doutorado em Administração da PUCPR. Foi professor titular da UFPR de 1971 a 2004.

Professor Diego Antonelli trazia opinião qualificada em programa de TV

Por mais de dez anos, Belmiro Valverde Jobim Castor fez parte da equipe do programa Cobras & Lagartos, da emissora de televisão da UFPR. Ao lado do jornalista Ney Hamilton Michaud, do médico Mario Negrão e do cineasta Hugo Mengarelli, Belmiro “falava de tudo e de todos”. “Era um papo de boteco sem o boteco. Não havia censura alguma”, resume Ney Hamilton. Em diversas pesquisas, o programa foi apontado como um dos mais vistos da tevê universitária. Desde o começo, Cobras & Lagartos manteve sempre as mesmas pessoas na apresentação. “A partida do Belmiro é muito sentida. Ele é uma das raras pessoas que passam e marcam a nossa vida”, assinala Hamilton. Cobras & Lagartos abordava os mais distintos temas, revelados no início do programa, para que os participantes expusessem opiniões qualificadas a palpites sobre os mais variados assuntos.

CONTINUA

31 MAR 2014

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Amigos, políticos e leitores prestam homenagens a Belmiro:

"Ele era uma das grandes cabeças pensantes do Brasil. Uma pessoa brilhante. Ele era mais do que um amigo, era um irmão. É difícil acreditar. A gente tinha conversado na sexta-feira [28] e combinamos que ele viria até minha casa nessa segunda-feira [31]."

Jaime Canet Júnior, ex-governador, que o nomeou pela primeira vez como secretário estadual de Planejamento.

"É uma grande perda de um homem com uma inteligência e lucidez que sempre estiveram na defesa do bom senso e dos interesses do Paraná. O estado perde um dos seus mais importantes intelectuais e um homem de grande sensibilidade pública. Era com certeza um dos analistas mais brilhantes que tivemos e todos aqueles que conviveram com ele se beneficiaram de sua inteligência, lucidez e, sobretudo, bom humor."

Jaime Lerner, arquiteto e urbanista, ex-governador do Paraná e ex-prefeito de Curitiba

"Belmiro sempre teve um grande círculo de amizades. Era de uma companhia extremamente agradável e apostava muito na competência das pessoas. Sempre pensou no bem-estar do povo."

Ricardo Pasquini, médico.

"Belmiro Valverde era um grande pensador do Paraná. Inteligente, dotado de humor refinado, dono de vasto conhecimento técnico e geral. Além disso, tinha a capacidade do estadista, que estuda, conhece e realiza. Ajudou a melhorar a administração do nosso estado. O Paraná perde muito com seu falecimento."

Gleisi Hoffmann, senadora (PT-PR) e ex-ministra da Casa Civil, via redes sociais.

"É uma tristeza para o Paraná. Perdemos um dos homens com maior capacidade de pensar o futuro do estado. Belmiro era um homem que também recentemente deu contribuições ao sugerir diretrizes para o desenvolvimento do Paraná. Sua contribuição é perene."

Guilherme Doring Cunha Pereira, presidente executivo do grupo GRP.com

"Belmiro dedicou boa parte de sua vida a um Paraná melhor para os paranaenses. Suas ideias merecem nossa reflexão. Nos últimos 30 anos, desde os tempos de secretário do Planejamento no governo de meu pai, José Richa, Belmiro Valverde contribuiu de muitas formas para o desenvolvimento paranaense, na vida pública e na iniciativa privada."

Beto Richa, governador do Paraná, via redes sociais.

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

CELSO NASCIMENTO

31 MAR 2014

Ele não era para amadores

Os primeiros minutos da madrugada deste domingo foram chocantes: uma ligação da diretora de Redação da **Gazeta do Povo**, jornalista Sandra Gonçalves, transmitia-me a notícia da morte súbita de Belmiro Valverde Jobim Castor ocorrida pouco antes.

Tomado por emoção que poucas vezes senti, confesso minha incapacidade de cumprir a contento a missão de escrever algumas linhas sobre ele, um ser humano raro que me deu o privilégio de considerar-me entre seus amigos e de dar-me a oportunidade de com ele trabalhar e, sobretudo, de aprender. Sinto-me tentado a aproveitar-me do título de um dos seus livros, "O Brasil não É para Amadores" – indispensável hoje nas bibliotecas mais referenciais do mundo – para dizer que Belmiro também não era para amadores.

Sua inteligência desconcertante, seu humor refinado, a abrangência sideral de seus conhecimentos, sua firmeza de caráter, sua incrível capacidade para compreender o mundo e a alma humana, o estadista que unia à competência incomum um inabalável senso ético, o homem que alimentava sua fé católica com obras de desprendimento em favor dos mais pobres, o doutor em planejamento público que definiu rumos para o Paraná moderno... – de fato, todas estas

qualidades e outras tantas não citadas tornavam Belmiro incompreensível para amadores, incapazes que somos de entender como seria possível vê-las reunidas numa só pessoa.

Conheci Belmiro no comecinho dos anos 70 numa sala do 4.º andar do Palácio Iguazu. Ele, com seus 30 e poucos anos, dedicava-se então à missão que lhe dera o governador da época, o professor Parigot de Souza, de formular a reforma administrativa do estado – uma estrutura enxuta e funcional implantada poucos anos depois, sob sua coordenação, já então nomeado pela primeira vez secretário do Planejamento pelo governador Jayme Canet Jr.

E foi ocupando este cargo que Belmiro se pôs também a dar forma e a garimpar recursos para o grande plano de obras estruturantes que fez do governo Canet (1975-79) um dos mais eficientes da história do Paraná. Interrompida esta etapa como administrador público para se dedicar ao doutorado que obteve nos Estados Unidos, Belmiro foi recrutado outras duas vezes para o secretariado – no governo de Alvaro Dias na Educação, e no de José Richa, outra vez no Planejamento. Em ambas as ocasiões, Belmiro acabou vencido pelos que não suportavam a resistência ética com que respondia à sanha da corrupção e da política de varejo.

A partir de então dedicou-se a fazer o que mais gostava – transmitir aos mais jovens, como professor nas universidades Federal e Católica, um pouco da vastidão do conhecimento e da experiência que acumulou e que transformou no ouro da sabedoria que esbanjava – também compartilhada com os leitores da coluna dominical que publicava na **Gazeta do Povo** desde 2002.

Nos últimos anos, Belmiro deu seu coração para construir, juntamente com sua inseparável Elizabeth, o Centro Educacional Papa João Paulo II – uma obra social que garante ensino e assistência de primeiro mundo a crianças de Laranjeiras, na zona rural de Piraquara. Nos últimos dias, preparava com alegria uma peregrinação a Roma para assistir à canonização do patrono da instituição que criou, o papa a ser declarado santo em 27 de abril.

Último dos grandes pensadores paranaenses, Belmiro deixa um vazio impossível de ser preenchido neste deserto de inteligência, de ética, de criatividade e de compromisso com o interesse público em que hoje vivemos. Sua luz fará muita falta a todos nós, que não passamos de amadores.

GAZETA DO POVO

Após último júri, caso do Carandiru pode seguir para a OEA

31 MAR 2014

Perto do fim do julgamento dos PMs acusados do massacre do Carandiru, entidades de direitos humanos protestam contra falhas na punição dos réus e nas indenizações às vítimas, o que pode reabrir o caso na Comissão Interamericana de Direitos Humanos (Cidh) e levar o Brasil a ser processado na Organização dos Estados Americanos (OEA). Nesta segunda-feira, começa a quinta e última fase do maior processo da história do júri no país. Nela, são acusados 15 policiais do Comando de Operações Especiais (COE), denunciados por oito mortes que poderão somar mais 1.440 anos de prisão. Somadas, as penas individuais chegam ao recorde de 20.156 anos de prisão para os 58 PMs já considerados culpados. Em 2000, relatório da Cidh recomendava que o Brasil indenizasse as vítimas e condenasse as autoridades envolvidas. Como até agora a Justiça reconheceu o direito de apenas 64 ações, ONGs como a Human Rights Watch (HRW) e o Centro pela Justiça e o Direito Internacional (Cejil) avaliam se é a hora de reabrir o caso na OEA e, até mesmo, processar o Brasil na corte internacional.

58 CULPADOS

é o número de policiais militares condenados pelo massacre do Carandiru. O último júri, previsto para acontecer nesta segunda-feira, pode condenar mais 15 policiais. A invasão do Pavilhão 9 da Casa de Detenção de São Paulo que deixou 111 mortos, ocorreu em 1992.

29 MAR 2014

FOLHA DE S. PAULO

Justiça determina que bancário preso na ditadura seja readmitido

Ex-sindicalista perdeu o emprego após ser detido por militares dentro do banco em abril de 1964

O hoje advogado baiano Osmar Ferreira, 71, conseguiu no mês passado decisão do TST para ser recontratado

LUCAS SAMPAIO
DE CAMPINAS

Alvo de demissão sumária após ter sido preso e torturado pela ditadura, um ex-bancário da Bahia ganhou o direito de ser readmitido pelo banco que o dispensou.

A decisão, do TST (Tribunal Superior do Trabalho), se dá exatos 50 anos depois da demissão, anunciada nos primeiros dias do regime militar instaurado em 1964.

E o hoje advogado Osmar Ferreira, 71, não esquece de nenhum detalhe daquela manhã de 8 de abril de 1964, quando um sargento do Exército entrou na principal agência do Banco da Bahia em Feira de Santana (BA) para prendê-lo. Saiu de lá algemado.

Ferreira era um jovem franzino que atuava como chefe de cobrança do banco e membro ativo do sindicato local dos bancários —que ajudou a fundar com 18 anos.

Aos 21, já tinha sido gerente interino de agência, comandava uma equipe de oito pessoas.

Ligado à juventude do PCB (Partido Comunista Brasileiro), Ferreira foi levado ao 1º Batalhão da Polícia Militar da cidade, onde foi torturado ao longo de 12 dias.

“Não me colocaram no pau-de-arara nem levei choque, mas apanhei bastante”, diz Ferreira, que em 2010 foi reconhecido anistiado político e ganhou o direito a R\$ 726 mil de indenização, paga hoje em parcelas mensais.

“[Os militares que me prenderam] Queriam saber onde estavam as armas, mas não tinha arma nenhuma.”

O bancário foi solto, afirma, por influência de amigos do pai, “que era de direita”, com a condição de se apresentar todos os dias no batalhão, às 6h e às 18h.

Logo que saiu da prisão, foi direto à agência bancária, onde teve uma surpresa. “Quando cheguei para trabalhar no banco, já estava demitido.”

Como havia boatos de um “foco comunista” em Feira de Santana, a cidade chegou a ser ocupada pelo Exército ainda naquele ano. Com medo de ser preso, o advogado decidiu entrar na clandestinidade. Assim viveu até 1968, acompanhando as viagens do pai caminhoneiro.

“Me acomodei em benefício próprio. Pensava que não adiantava me envolver em

ações armadas. Seria suicídio, como foram as guerrilhas do Araguaia e do Caparaó.”

Ao deixar a clandestinidade, em 1968, Ferreira tentou o ensino superior. Por seis anos, contudo, suas inscrições nos vestibulares foram indeferidas —segundo ele, sem justificativa. Depois, se formou em direito.

Em abril de 2011, quatro meses após ser anistiado, Ferreira se filiou novamente ao sindicato dos bancários de Feira de Santana. Mesmo tendo abandonado a profissão, tinha um sonho: ter a demissão anulada pela Justiça.

Em fevereiro passado, três ministros do TST decidiram que ele deveria ser readmitido pelo Bradesco, instituição que comprou o Banco da Bahia em 1973.

Segundo a decisão, ele deve ser recontratado para função correspondente ao cargo que ocupava há 50 anos, com direito a vantagens somadas durante o afastamento.

O Bradesco diz que recorreu da decisão e que não comentaria o assunto, por estar está “subjudice”.

“Será a glória entrar pela porta da frente”, diz Ferreira. “Vou me sentir o jovem que eu era quando fui arrancado daquela agência, mesmo que o banco me demita depois.”

29 MAR 2014

FOLHA DE S. PAULO

Justiça devolve sítio que agricultor havia perdido por não pagar dívida de R\$ 1.387

Para STJ, débito estava prescrito quando foi cobrado; BB diz que não vai recorrer, e mulher que arrematou propriedade não é encontrada

JEFERSON BERTOLINI
COLABORAÇÃO PARA
A FOLHA, EM FLORIANÓPOLIS

Decisão do STJ (Superior Tribunal de Justiça) devolve ao agricultor Marcos Winter, 65, a posse do sítio que ele perdeu há cinco anos por não pagar um empréstimo bancário de R\$ 1.387. Cabe recurso.

Em 1997, o agricultor pegou empréstimo no Banco do Brasil para plantar feijão e milho em seu sítio em Matos Costa (394 km de Florianópolis). Ele deveria ter quitado o valor (hoje, atualizado pela inflação, em R\$ 3.528) em 1998, mas não o fez. O banco entrou na Justiça para cobrar a dívida.

Em 2005, foi decretada a penhora do imóvel para pagamento da dívida, e a Justiça o avaliou em R\$ 11,2 mil.

A propriedade tem o tamanho de 15 campos de futebol e vale, segundo Winter, entre R\$ 100 mil e R\$ 200 mil.

Na decisão, publicada na quarta-feira, o STJ entendeu que a dívida estava prescrita quando foi cobrada na Justiça, em 2003, e que "todos os atos recorrentes, inclusive a arrematação" em leilão, devem ser anulados. Foi a primeira movimentação do processo desde 2009.

O empréstimo foi concedido em 1997 e venceu em 1998. Segundo o STJ, o Banco do Brasil teria só até 2001 para propor a ação de cobrança.

Em 2009, o TJ (Tribunal de Justiça) de Santa Catarina já havia acatado esse argumento da defesa, mas banco e o

arrematante (comprador do imóvel em leilão realizado em 2007) recorreram.

A perda do sítio foi revelada pela **Folha** em fevereiro. Na ocasião a reportagem mostrou que ele foi despejado do imóvel, onde praticava agricultura de subsistência, e vive hoje em casa emprestada.

Desta vez, o BB informou que não vai recorrer da decisão de quarta-feira.

A **Folha** procurou, mas não conseguiu falar até ontem, com a advogada Sara Nunes Ferreira, que arrematou o sítio em leilão em 2007. Em fevereiro ela disse à reportagem que se consideraria injustiçada se tivesse que devolver o sítio porque "já fez muitas melhorias" no local.

'DESCUIDO'

Para a defensora Danielle Masnik, que representa Winter desde 2008, a prescrição poderia ter sido percebida na primeira instância do processo, evitando a penhora e o leilão do sítio e o despejo do seu cliente.

Ela considera que o primeiro advogado do agricultor foi "descuidado" ao tratar do assunto e que o juiz de Porto União (34 km de Matos Costa) responsável pelo caso não percebeu que o título estava prescrito.

"Mesmo que o advogado não apresente esse argumento [da prescrição], o juiz deve acusar", diz ela.

Na quarta-feira, Masnik encaminhou à Justiça pedido de reintegração de posse.

O agricultor foi despejado da propriedade em 2009. Segundo sua defensora, ele abrigou-se no galpão de uma igreja e, afastado das frutas e da hortaliças que plantava no lote, passou a viver de doativos. Na casa emprestada, Winter vive com a mulher e três crianças.

A **Folha** não conseguiu contato com Winter após a decisão do STJ.

De acordo com sua advogada, ele já foi avisado do parecer favorável, mas ainda não pôde encontrá-la para saber dos detalhes.

O juiz Osvaldo Alves do Amaral, do Fórum de Porto União, disse que "a questão da prescrição deveria ter sido levantada pela defesa", e não por ele, como sustenta a atual advogada do agricultor.

29 MAR 2014

FOLHA DE S. PAULO

JUDICIALIZAÇÃO

NA SAÚDE FAZ AVANÇAR DESIGUALDADE

DE SÃO PAULO

Dois terços das ações judiciais contra o SUS no Estado de São Paulo para aquisição de remédios são iniciadas por pessoas com convênios médicos particulares ou que frequentam clínicas privadas.

É o que revela levantamento inédito da Secretaria de Estado da Saúde. O estudo mostra que 65% das prescrições na origem dos processos partem de médicos particulares.

No Fórum a Saúde do Brasil, da **Folha**, o ministro da Saúde, Arthur Chioro, disse que, embora as ações garantam aos cidadãos acesso a seus direitos, elas produzem enormes distorções. "Fazem tirar recursos da população mais pobre para beneficiar os que têm mais recursos."

Hoje a secretaria paulista atende a 39.150 demandas judiciais. Os pagamentos mais comuns se referem a medicamentos (3.397 itens), materiais (979) e nutrição (342). O gasto em 2013 foi de R\$ 904,8 milhões, mais que o dobro do valor desembolsado em 2010.

São Paulo é exemplo claro de que a judicialização eleva as desigualdades na saúde. Segundo artigo da revista da

Escola de Saúde Pública Harvard (EUA), as ações se concentram nas áreas ricas e em tratamentos de alto custo.

"É uma espécie de Robin Hood às avessas: tira dos mais pobres para dar a quem tem condições de pagar por um bom advogado", afirma o secretário estadual da Saúde de São Paulo, David Uip.

A judicialização também obriga o Estado a internar pacientes em situações discutíveis do ponto de vista médico. "E o que é mais sério: passando na frente de outros que aguardam há mais tempo, mais graves e com expectativa de melhores resultados."

Em São Paulo, algumas sentenças extrapolam o bom-senso: "Temos casos em que até a marca do medicamento é indicada, de remédios que ainda são experimentais e de insumos como xampu, pilha alcalina e sabonete íntimo".

Para o médico Álvaro Atallah, diretor do Centro Cochrane do Brasil, há interesses financeiros por trás dessas ações. "Por que ninguém processa o governo para dar cálcio às gestantes e prevenir a hipertensão? Porque cálcio não custa nada, não tem nenhum lobby por trás."

Ele afirma que municípios que criaram câmaras técnicas com profissionais de saúde, do Ministério Público e do Judiciário para a avaliação dessas ações, com base nas melhores evidências científicas, vêm conseguindo frear a avalanche de ações judiciais.

OUTROS ESTADOS

A judicialização afeta hoje todo o país e aumenta ano a ano. Só entre 2009 e 2012 houve alta de 25% nas ações contra a União (de 10.486 para 13.051). Os gastos saltaram de R\$ 95 milhões para R\$ 355,8 milhões, segundo o governo.

Esse aumento levou o Ministério da Saúde a criar em 2011 uma norma para acelerar a incorporação de novos medicamentos e tecnologias.

Como resultado, em 2012 o SUS incluiu em sua lista 6 dos 18 remédios mais judicializados, entre eles trastuzumabe (para câncer de mama) e rituximabe (tratamento de artrite reumatoide).

Ainda assim, o número de ações continua subindo, afirma Fausto Pereira dos Santos, secretário-executivo do ministério. "A produção de novas tecnologias em saúde cresce muito rápido."

CONTINUA

29 MAR 2014

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Além disso, muitas ações se referem a pedidos de remédios para uso “off-label” (fora das recomendações da bula) ou sem registro na Anvisa, diz ele. “Isso foge do processo de incorporação, porque temos de proteger usuários dos efeitos adversos.”

Para a pesquisadora Lygia Bahia, professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro, a judicialização tem efeito ambíguo. Ela pressiona os planos de saúde e o SUS a expandirem as coberturas, mas também abre uma porta para que a indústria force a entrada de remédios e procedimentos — com ou sem efetividade comprovada.

Ela ressalva, contudo, que muitas demandas judiciais se referem a coberturas que deveriam ser garantidas pelo SUS ou pelos planos. “No Rio, muitos juízes lidam com casos muito graves, como solicitação de leitos de UTI.”

(CLÁUDIA COLLUCCI)

29 MAR 2014

FOLHA DE S. PAULO

Mulheres mostram o corpo em protesto virtual contra machismo

Ato foi motivado por pesquisa que associou roupa curta a estupro

DE SÃO PAULO

Um grupo de mulheres participou ontem de um protesto virtual contra o machismo no país. Elas publicaram em seus perfis no Facebook fotos sem roupa, da cintura para cima, com cartazes cobrindo os seios e frases como "Eu também não mereço ser estupro".

O ato foi criado após uma pesquisa do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) apontar que 65% dos brasileiros concordam que "mulher que mostra o corpo merece ser atacada".

A maioria (58,5%) também diz acreditar que, "se as mulheres soubessem se compor-

tar, haveria menos estupros."

Os dados, divulgados anteontem, foram obtidos em entrevistas com 3.810 pessoas de ambos os sexos entre maio e junho do ano passado.

"Quando soube resultado [da pesquisa], fiquei com vontade de sair pelada na rua, gritando: 'Eu não mereço ser estupro', diz Nana Queiroz, 28, escritora e organizadora do protesto on-line.

Foi dela a ideia de usar a frase no protesto na internet. Conversou com amigas e publicou o evento no Facebook na noite de anteontem.

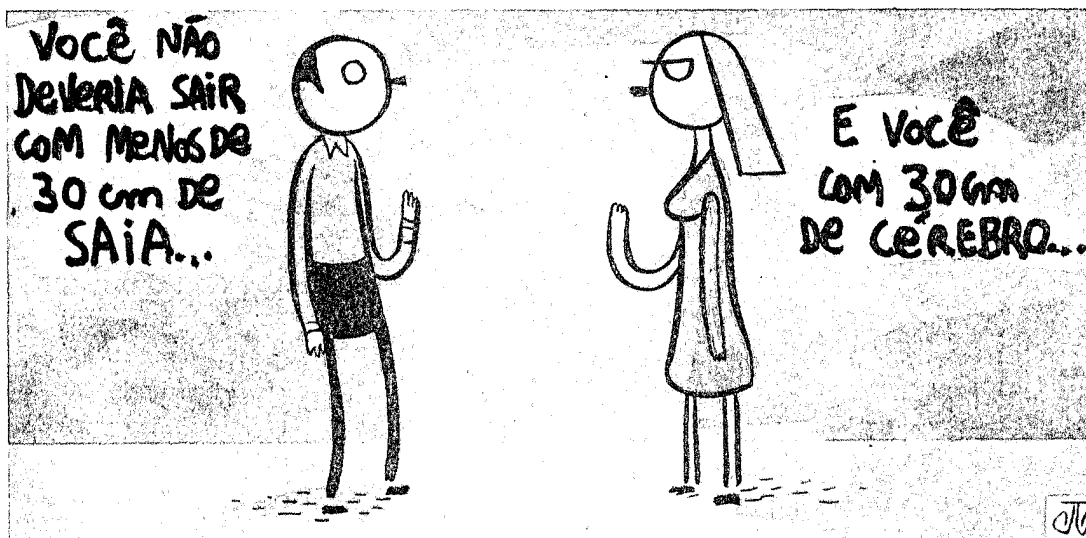
A publicação ganhou repercussão rapidamente: até as 20h de ontem, o ato tinha 13 mil confirmações, mas não

era possível saber quantas mulheres publicaram fotos. Um site (naomerecosestuproprada.tumblr.com) foi criado para publicar as imagens.

Ontem à tarde, a presidente Dilma Rousseff (PT) comentou os dados divulgados pelo instituto em sua conta na rede social Twitter.

"[A pesquisa] mostrou que a sociedade brasileira ainda tem muito o que avançar no combate à violência contra a mulher", publicou Dilma.

A produtora de cinema Marcela Zatz, 27, publicou uma foto seminua em seu perfil. "Não tive vergonha. Só tenho vergonha dos dados da pesquisa", diz. (GABRIELA SÁ PESOIA E LEANDRO MACHADO)



29 MAR 2014

FOLHA DE S. PAULO

OAB-SP quer reforma política que permita revogar mandatos

Eleitos para o Legislativo poderiam perder cargos mediante consulta popular; projeto também sugere barrar nanicos

Proposta formulada por comissão de especialistas prevê eleição de deputados e vereadores em 2 fases

A Ordem dos Advogados do Brasil em São Paulo (OAB-SP) realizará a partir de abril eventos para debater uma proposta de reforma política que inclui sugestões para revogar mandatos mediante consulta popular, barrar partidos nanicos e criar um sistema misto de eleições a cargos do Legislativo.

As propostas de mudança foram formuladas por uma comissão de especialistas liderada pelos juristas Ives Gandra da Silva Martins e José Afonso da Silva.

Essa comissão foi constituída em 2013 pelo presidente da OAB-SP, Marcos da Costa, como forma de responder às manifestações de rua que reivindicaram, entre outras coisas, aprimoramento do sistema político nacional.

RECALL

Entre as principais sugestões de emendas à Constituição, a seccional paulista da OAB inclui o "recall", mecanismo que prevê a revogação de mandato eletivo mediante consulta popular.

A instauração do processo de revogação do mandato de deputado federal, deputado estadual, senador ou vereador depende da iniciativa de pelo menos cinco por cento dos eleitores.

Essa consulta popular seria dirigida pela Justiça Eleitoral e nenhum mandato poderia ser revogado no primeiro ou último ano de sua vigência, segundo a proposta dos especialistas.

A comissão elaborou projeto de lei complementar, que exclui a revogação dos mandatos de chefes do Executivo, para evitar que essas autoridades sejam submetidas a constante transtorno por parte de opositores políticos derrotados nas eleições.

NANICOS

Para restringir a atuação dos partidos nanicos, a OAB-SP propõe restaurar a cláusula de barreira, dispositivo que constava da lei orgânica dos partidos e que foi declarado inconstitucional pelo (STF) Supremo Tribunal Federal.

A comissão entende que, apesar de atualmente existirem 32 partidos no país, eles não representam 32 ideologias diferentes.

Terão direito à atividade parlamentar os partidos que, em cada eleição para a Câmara dos Deputados, obtenham, no mínimo, cinco por cento dos votos apurados, não computados brancos e nulos, distribuídos em pelo menos um terço dos Estados.

SISTEMA MISTO

A comissão propõe alteração no sistema eleitoral dos deputados federais e estaduais e dos vereadores com a implantação de um sistema misto.

Metade dos representantes na Câmaras dos Deputados, nas Assembleias Legislativas estaduais e na Câmara Distrital seria eleita pelo sistema de lista aberta, como vigora atualmente.

A outra metade seria eleita pelo sistema majoritário uninominal em distritos eleitorais a serem definidos.

Atuam como relatores da comissão da seccional da OAB Dircêo Torrecillas Ramos e Maria Garcia. Outros nove integram o grupo. (FREDERICO VASCONCELOS)

PAINEL DO LEITOR

É muita cara de pau do senador Alvaro Dias (PSDB-PR) pedir a abertura de CPI para o caso da Petrobras, visando "defender o patrimônio do Brasil". Por que não fez o mesmo por ocasião do movimento privatista, do qual participou, no caso da Vale do Rio Doce? Isso não foi só um mau negócio. Certamente, foi um crime de lesa-pátria. É preciso abrir uma CPI das privatizações.

PAULO SÉRGIO RODRIGUES PEREIRA
(Rio de Janeiro, RJ)

FOLHA DE S. PAULO

1964

30 MAR 2014

Aos olhos de hoje, apoiar a ditadura militar foi um erro, mas as opções de então se deram em condições bem mais adversas que as atuais

O regime militar (1964-1985) tem sido alvo de merecido e generalizado repúdio. A consolidação da democracia, nas últimas três décadas, torna ainda mais notória a violência que a ditadura representou.

Violência contra a população, privada do direito elementar ao autogoverno. E violência contra os opositores, perseguidos por mero delito de opinião, quando não presos ilegalmente e torturados, sobretudo no período de combate à guerrilha, entre 1969 e 1974.

Aquela foi uma era de feroz confronto entre dois modelos de sociedade —o socialismo revolucionário e a economia de mercado. Polarizadas, as forças engajadas em cada lado sabotavam as fórmulas intermediárias e a própria confiança na solução pacífica das divergências, essencial à democracia representativa.

A direita e parte dos liberais violaram a ordem constitucional em 1964 e impuseram um governo ilegítimo. Alegavam fazer uma contrarrevolução, destinada a impedir seus adversários de implantar ditadura ainda pior, mas com isso detiveram todo um impulso de mudança e participação social.

Parte da esquerda forçou os limites da legalidade na urgência de realizar, no começo dos anos 60, reformas que tinham muito de demagógico. Logo após 1964, quando a ditadura ainda se continha em certas balizas, grupos militarizados desencadearam uma luta armada dedicada a instalar, precisamente como eram acusados pelos adversários, uma ditadura comunista no país.

As responsabilidades pela espiral de violência se distribuem, assim, pelos dois extremos, mas não igualmente: a maior parcela de culpa cabe ao lado que impôs a lei do mais forte, e o pior crime foi cometido por aqueles que fizeram da tortura uma política clandestina de Estado.

Isso não significa que todas as críticas à ditadura tenham fundamento. Realizações de cunho econômico e estrutural desmentem a noção de um período de estagnação ou retrocesso.

Em 20 anos, a economia cresceu três vezes e meia. O produto nacional per capita mais que dobrou. A infraestrutura de transportes e comunicações se ampliou e se modernizou. A inflação, na maior parte do tempo, manteve-se baixa.

Todas as camadas sociais progrediram, embora de forma desigual, o que acentuou a iniquidade. Mesmo assim, um dado social revelador como a taxa de mortalidade infantil a cada mil nascimentos, que era 116 em 1965, caiu a 63 em 1985 (e melhorou cada vez mais até chegar a 15,3 em 2011).

No atendimento às demandas de saúde e educação, contudo, a ditadura ficou aquém de seu desempenho econômico.

Sob um aspecto importante, 1964 não marca uma ruptura, mas o prosseguimento de um rumo anterior. Os governos militares consolidaram a política de substituição de importações, via proteção tarifária, que vinha sendo a principal alavanca da industrialização induzida pelo Estado e que permitiu, nos anos 70, instalar a indústria pesada no país.

CONTINUA

30 MAR 2014

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

A economia se diversificou e a sociedade não apenas se urbanizou (metade dos brasileiros vivia em cidades em 1964; duas décadas depois, eram mais de 70%) mas também se tornou mais dinâmica e complexa. Metrôpoles cresceram de modo desordenado, ensejando problemas agudos de circulação e segurança.

O regime passou por fases diferentes, desde o surto repressivo do primeiro ano e o interregno moderado que precedeu a ditadura desabrida, brutal, da passagem da década, até uma demorada abertura política, iniciada dez anos antes de sua extinção formal, em 1985.

As crises do petróleo e da dívida externa desencadearam desarranjos na economia, logo traduzidos em perda de apoio, inclusive eleitoral. O regime se tornara estreito para uma sociedade que não cabia mais em seus limites. Dissolveu-se numa transição negociada da qual a anistia recíproca foi o alicerce.

Às vezes se cobra, desta **Folha**, ter apoiado a ditadura durante a primeira metade de sua vigência, tornando-se um dos veículos mais críticos na metade seguinte. Não há dúvida de que, aos olhos de hoje, aquele apoio foi um erro.

Este jornal deveria ter rechaçado toda violência, de ambos os lados, mantendo-se um defensor intransigente da democracia e das liberdades individuais.

É fácil, até pusilânime, porém, condenar agora os responsáveis pelas opções daqueles tempos, exercidas em condições tão mais adversas e angustiosas que as atuais. Agiram como lhes pareceu melhor ou inevitável naquelas circunstâncias.

Visto em perspectiva, o período foi um longo e doloroso aprendizado para todos os que atuam no espaço público, até atingirem a atual maturidade no respeito comum às regras e na renúncia à violência como forma de lutar por ideias. Que continue sendo assim.

CRONOLOGIA DA DITADURA

31.mar.1964

Golpe institui governo militar

13.dez.1968

Edição do Ato Institucional nº5

1974

Presidente Geisel anuncia projeto de "lenta, gradativa e segura distensão"

1979

Sancionada a Lei de Anistia

1983

Início dos comícios a favor das Diretas-Já

15.mar.1985

José Sarney toma posse

30 MAR 2014

FOLHA DE S. PAULO

Convicção

! na democracia

é recorde,

mostra pesquisa

Para 62% dos entrevistados pelo Datafolha, ela é sempre o melhor regime

Apesar do resultado, o melhor em 25 anos, só 9% dizem estar muito satisfeitos com o seu funcionamento

RICARDO MENDONÇA
DE SÃO PAULO

No momento em que o golpe de 1964 completa 50 anos, a democracia brasileira bate um recorde. A convicção no modelo democrático como a melhor via a ser trilhada nunca foi tão alta, conforme atestam a última pesquisa Datafolha e a série histórica do instituto sobre o assunto, que começa em 1989.

Para 62% dos brasileiros, a democracia “é sempre melhor que qualquer outra forma de governo”. Apenas 16% afirmam que “tanto faz se for uma democracia ou uma ditadura”. E só 14% admitem que “em certas circunstâncias, é melhor uma ditadura”.

Parece haver uma lenta, gradual e segura escalada sobre isso. Quando o Datafolha fez essa pergunta pela primeira vez, 25 anos atrás, 43% dos entrevistados manifestaram convicção absoluta na democracia. No meio dos anos 90, o índice subiu para 54%. Em 2003, foi a 59%.

A crença majoritária e perseverante do brasileiro no regime democrático, porém, não o exime de críticas.

O Datafolha perguntou aos mesmos entrevistados como eles avaliam o funcionamento da democracia no Brasil hoje. Para 61%, ela tem “grandes problemas”. A ideia segundo a qual viveríamos numa democracia plena é assentida por apenas 3%.

A satisfação com a democracia também não é garantida. Só 9% afirmam estar “muito satisfeitos” com ela. Um contingente três vezes maior está “nada satisfeito”. A maioria está na posição intermediária: 59% se sentem “um pouco” satisfeitos com a democracia.

COERÊNCIA

Para o filósofo Marcos Nobre, não há contradição entre o apoio recorde conquistado pela democracia e o fato de a maioria citá-la como um regime com grandes problemas.

“Isso é resultado da experiência democrática. Tem certas expectativas que ela gera, mas não cumpre”, diz. “Junho de 2013 escancarou isso: grandes protestos, mas poucos que foram para a rua estavam contra a democracia.”

Se o regime nos moldes atuais é criticado, há risco de o país cair numa nova ditadura? Não. Pelo menos na opinião das mesmas pessoas

que manifestaram insatisfação. Para 75%, há pouca ou nenhuma chance de ocorrer uma nova ditadura no país.

O historiador Marcelo Ridenti atribui essa combinação de resultados às conquistas sociais: “Apesar de todos os problemas que temos visto em todos os governos desde a redemocratização, os direitos sociais têm avançado. E a população percebe isso”.

A pesquisa foi feita entre 19 e 20 de fevereiro. Foram ouvidas 2.614 pessoas. A margem de erro é de dois pontos para mais ou para menos.

ESQUECIMENTO

O Datafolha também investigou a memória dos brasileiros em relação à ditadura.

Três décadas após a campanha das Diretas-Já, quase um terço da população (32%) não sabe dizer se a ditadura deixou mais realizações positivas ou negativas.

O índice é alto, levando-se em consideração o padrão tradicional de respostas “não sei” em pesquisas desse tipo.

Uma hipótese é a já razoável distância temporal do regime militar. De cada três entrevistados, dois eram crianças, adolescentes ou não tinham nascido em 1985, quando João Figueiredo, o último presidente militar, deixou o Palácio do Planalto.

CONTINUA

AVALIAÇÃO DA DEMOCRACIA

Resposta estimulada e única, em %

Você está satisfeito com o funcionamento da democracia no Brasil?



CONTINUAÇÃO

Mas a explicação não é totalmente satisfatória, já que a taxa de “não sei” varia pouco conforme a idade — é alta até entre os mais velhos. O segmento que destoa é o da baixa escolaridade. No grupo dos que têm ensino fundamental, 41% não sabem avaliar.

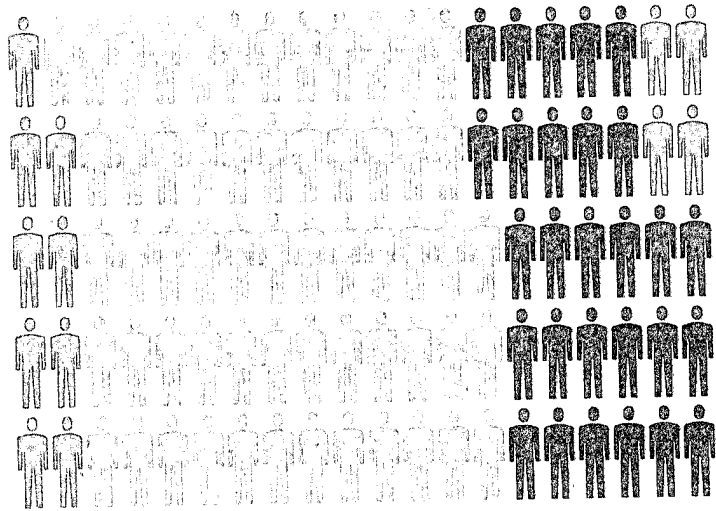
“Depois de tantos anos os efeitos da ditadura militar caem no esquecimento”, afirma o filósofo José Arthur Giannotti.

O maior contingente de entrevistados, de qualquer forma, diz que a ditadura deixou mais realizações negativas: 46% dos brasileiros pensam assim. É mais que o dobro dos que acham o contrário (22%).

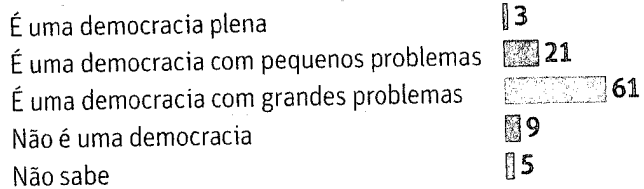
Para Giannotti, a pesquisa “revela a fantástica transformação das classes populares que ocorreu nos governos de Fernando Henrique Cardoso, com a estabilização da economia, e de Lula, com os programas de assistência social e formalização da força do trabalho”.

Nobre vê significado histórico no conjunto dos resultados: “Pela primeira vez dá para dizer que a ditadura foi ideologicamente derrotada”.

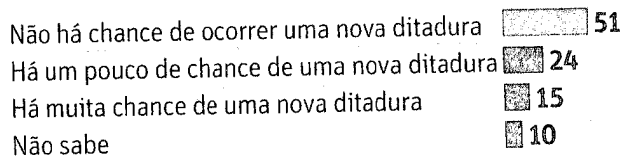
“Até pouco tempo era forte a ideia de que a ditadura havia deixado um legado positivo. Isso ruiu. É uma posição cada vez mais encastelada em grupos minoritários.”



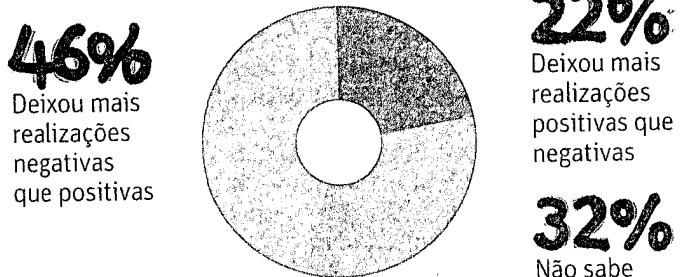
O Brasil vive uma democracia plena, com problemas ou não é uma democracia?



Há chance de ocorrer uma nova ditadura no Brasil?



A ditadura deixou mais realizações positivas ou negativas?



30 MAR 2014

FOLHA DE S. PAULO

? Para 68%, corrupção é maior hoje que na época da ditadura

O Brasil da democracia, porém, é considerado melhor na maioria dos aspectos, mostra pesquisa Datafolha

O instituto apurou que 64% defendem direitos humanos para todos, sinal de enraizamento da cultura democrática

DE SÃO PAULO

O Brasil de hoje é melhor que o Brasil da ditadura?

Para a maior parte dos brasileiros, sim. Em liberdade de expressão, cultura, direitos humanos, na economia, no social, na educação e na preservação do meio ambiente.

Mas quando o assunto é corrupção ou segurança, a ditadura ganha de lavada.

Esses são os resultados apurados pelo Datafolha, que pediu para cada entrevistado opinar entre um e outro regime em diversas áreas.

O dado mais eloquente é o da corrupção. Para 68%, ela está pior nos dias de hoje do que na época dos generais. Só 8% acham o contrário.

Dúvida sempre lembrada nesse tema: a corrupção seria efetivamente maior hoje ou seria o inegável aumento das denúncias, das investigações e da divulgação que gerariam essa sensação?

Hoje há certamente mais instituições engajadas no combate à corrupção do que

na época da ditadura. Com o fim da censura, as denúncias têm muito mais publicidade.

Mas como não há um critério objetivo para medir o grau exato de corrupção num país ou num período histórico, a pergunta é irrespondível.

POLÊMICA

Mesmo entre os estudiosos, a questão é controversa.

“Desconfio que na época da ditadura não tinha o nível de corrupção que tem hoje”, diz o historiador Boris Fausto. “Não é só por causa da bondade ou da maldade das pessoas. Mas porque as instituições hoje são muito mais complexas, as possibilidades são muito mais amplas.”

O também historiador Marcelo Ridenti aborda de forma diferente. “É uma percepção equivocada [achar que a corrupção era menor na ditadura]. É só lembrar daqueles casos da ponte Rio-Niterói, da Transamazônica, uma lista enorme [de escândalos]. É que o tempo passa, e as pessoas vão esquecendo”, diz.

Do ponto de vista político, porém, a percepção nunca deixa de ser relevante. Mesmo se for errada. Limpar o país da corrupção foi uma das principais alegações de militares e de civis conservadores para dar o golpe em 1964.

A outra era afastar a chance de o Brasil virar comunista.

No tema segurança pública, 51% acham que o Brasil é pior hoje que na ditadura.

“Isso pode estar ligado com o prestígio preservado das Forças Armadas”, diz o filósofo Marcos Nobre.

Há ainda a acelerada urbanização dos anos 60 e 70, que depois resultou em aumento da violência. E a associação automática da imagem de militares com a ideia de ordem.

CULTURA DEMOCRÁTICA

O Datafolha testou também a penetração da cultura democrática entre os brasileiros. E constatou que há um apoio majoritário aos principais alicerces da democracia.

A maioria é contra a tortura sob qualquer pretexto (73%), entende que os direitos humanos devem valer para todos (64%), é a favor do voto de analfabetos (77%) e por mais participação dos cidadãos e menos tecnocracia, entre outros resultados.

A tendência autoritária prevaleceu num único ponto. Para 56%, quando mais as pessoas estiverem vigiadas pelo governo, melhor.

O instituto ouviu 2.614 pessoas em 19 e 20 de fevereiro. A margem de erro é de dois pontos. (RICARDO MENDONÇA)

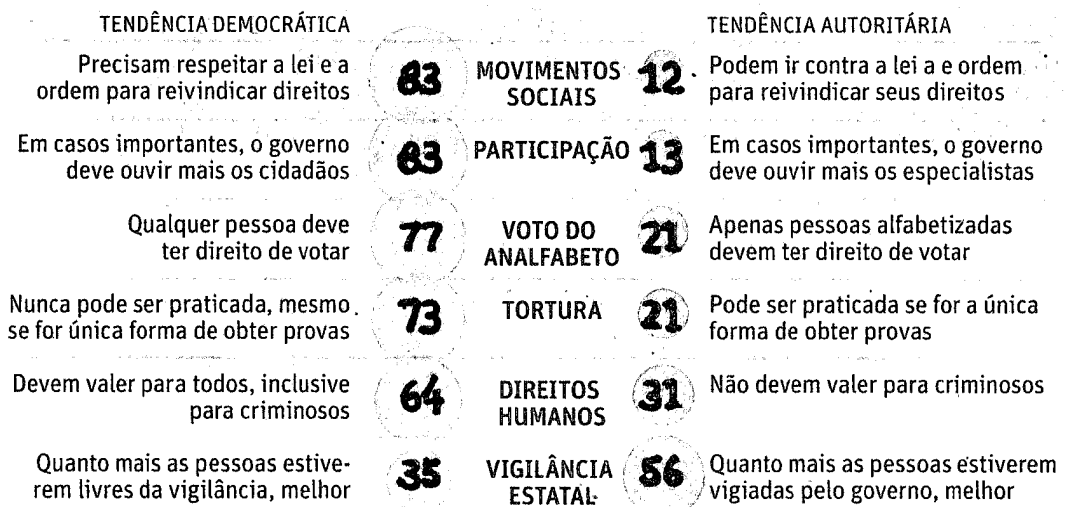
CONTINUA

DEMOCRACIA X DITADURA

O enraizamento da cultura democrática - Respostas em %

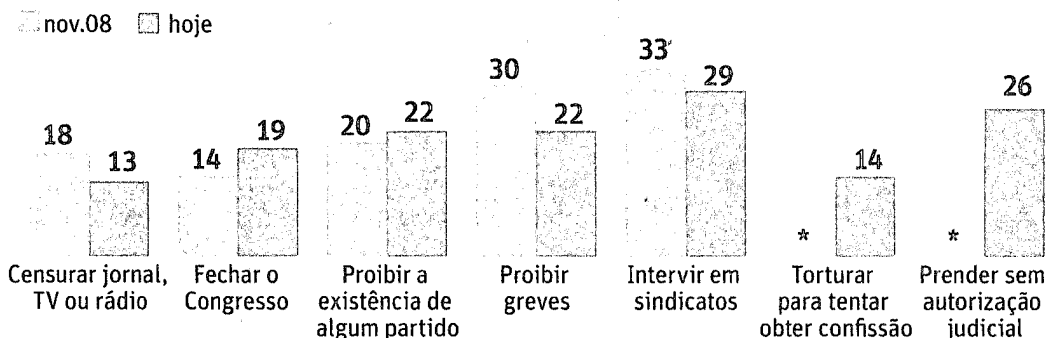


Com qual frase você mais concorda?



O governo brasileiro deve ter o direito de...?

Porcentagem dos que responderam "sim" a atos típicos de regimes autoritários



* Essa pergunta não foi feita na pesquisa de nov.08. Fonte: Pesquisa Datafolha realizada em 19 e 20 de fevereiro com 2.614 entrevistas em 161 municípios. Margem de erro: 2 pontos percentuais para mais ou para menos

31 MAR 2014

FOLHA DE S. PAULO

Passo atrás

Por ampla maioria, STF decide remeter caso Azeredo à primeira instância; corte precisa de regras objetivas para lidar com tais manobras

A manobra era evidente, e mais de um ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) apontou o fato sem meias palavras. Tendo renunciado ao mandato de deputado federal há pouco mais de um mês, Eduardo Azeredo (PSDB-MG) conseguiu livrar-se de um iminente julgamento pela corte, que examinaria sua participação no chamado mensalão mineiro, ou tucano.

Numa espécie de “avant-première” do grande esquema organizado pelo empresário Marcos Valério em benefício do PT, Azeredo foi denunciado por desvio de verbas públicas e lavagem de dinheiro.

A acusação estipula em 22 anos de prisão a pena cabível em seu caso. Mesmo com a decisão do Supremo, remetendo o julgamento para a primeira instância e na prática atrasando o desfecho do processo, são remotas as chances de que termine em prescrição.

Talvez por isso a sessão de quinta-feira não repetiu o clima de tempestuosa animosidade que caracterizou o julgamento do escândalo petista. Joaquim Barbosa até denunciou o que haveria, no gesto da defesa, de deboche aos interesses da Justiça. Mas aceitou com serenidade a esmagadora maioria das opiniões em contrário.

Como ressaltou o relator da ação, Luís Roberto Barroso, exis-

te no STF o entendimento de que a prerrogativa de foro — pelo qual deputados federais e outras autoridades devem ser julgados pelo Supremo — não se aplica quando o acusado renuncia ao próprio cargo.

A maior polêmica incidiu sobre um detalhe. Em que momento caberia considerar sem efeito tal manobra? Num caso recente, a corte houve por bem contrariar sua posição tradicional sobre o tema. Foi quando o então deputado Natan Donadon (ex-PMDB-RO) desistiu do posto assim que seu julgamento foi incluído na pauta do plenário.

Tomada na undécima hora, a iniciativa de Donadon tinha componentes nítidos de fraude, uma vez que o renunciante já preparava sua candidatura para o mesmo cargo no pleito seguinte.

Como evitar, entretanto, a avaliação subjetiva das intenções, pela qual se negou a Donadon o que se concedeu a Azeredo? A proposta de Barroso era a de que se fixasse um ponto específico da tramitação processual, criando critério objetivo para decisões dessa natureza.

Não se chegou, todavia, a um consenso. Mais que isso, depende de emenda constitucional modificação mais profunda nas regras sobre competência do Supremo.

A circunstância lastimável é que, com isso, o STF vai se transformando numa espécie de tribunal criminal, enquanto assuntos de alta repercussão econômica e institucional esperam para ser julgados, ao sabor da maestria com que tantos acusados de corrupção sabem escapular das redes da Justiça.

31 MAR 2014

FOLHA DE S. PAULO

Doações ao ECA em abril reduzem o imposto já neste ano

Valor não pode superar 3% do IR devido, respeitado o limite global de 6%; pagamento não pode ser parcelado

Os contribuintes que fazem a declaração usando as deduções legais (o chamado modelo completo) e que quiserem reduzir o IR devido já neste ano têm até 30 de abril para fazer doações em dinheiro ao ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente).

Essa forma de doação, feita diretamente na declaração, é vantajosa porque permite que o contribuinte possa calcular (e aproveitar) exatamente os 6% do IR devido (máximo permitido).

Há algumas regras que devem ser observadas para as doações feitas entre 1º de janeiro e 30 de abril deste ano. A principal é que essas doações não podem superar 3% do IR devido, desde que respeitado o limite global de 6% (esse limite compreende as doações feitas em 2013 mais as feitas até 30 de abril).

Assim, se alguém já fez doações em 2013 que equivalem a 6% do IR devido, não poderá doar mais nada até 30 de abril para reduzir o imposto já nesta declaração.

Se fez doações em 2013 equivalentes a 4%, agora só poderá doar mais 2%, ou 6%. Se doou 2% em 2013, agora só poderá doar mais 3%, ou 5%.

Além do ECA, nos 6% estão incluídas também as doações feitas aos fundos do idoso e de incentivo à cultura, à atividade audiovisual e ao esporte.

Se pretende fazer doações ao ECA até 30 de abril, o contribuinte deve, primeiro, preencher a declaração para saber exatamente quanto poderá doar. O programa do IR calcula esse percentual.

PRAZO FINAL

30 de abril

é o prazo final para o pagamento das doações, em dinheiro, ao ECA

As doações até 30 de abril têm de ser feitas em Darf específico, com o código 3351. Para fazer a doação, o contribuinte tem de abrir a ficha Resumo da Declaração e, em seguida, Doações Diretamente na Declaração - ECA. Aberta essa ficha, há um aviso: "Caso tenha efetuado doações de incentivo no ano calendário de 2013, preencha inicialmente a ficha Doações Efetuadas e então retorne a esta ficha".

O preenchimento inicial da ficha Doações Efetuadas (caso tenha havido doação em 2013) é importante porque vai indicar se o contribuinte já atingiu o limite de 6% ou não. Se sim, o programa informará, ou seja, não adiantará nada fazer outra doação até 30 de abril que ela não poderá ser aproveitada para reduzir o imposto devido.

Preenchida a ficha DDD-ECA (o contribuinte terá de indicar o fundo, que poderá ser nacional, estadual ou municipal), o programa imprimirá o Darf.

O contribuinte poderá fazer doações para um fundo nacional e para os de 11 Estados. Em 24 Estados há fundos municipais (são mais de 950).

O Amapá não aparece na lista; Roraima aparece, mas não há nenhum fundo municipal listado para receber doações.

As doações ao ECA têm de ser pagas, impreterivelmente, até 30 de abril. O pagamento tem de ser feito de uma só vez. Se não for feito até 30 de abril, a Receita não aceitará a dedução. Nesse caso, a pessoa física será obrigada a recolher a diferença de imposto devido apurado na declaração com acréscimos de juro e multa. (MC)

31 MAR 2014

FOLHA DE S. PAULO

MASSACRE DO CARANDIRU

Começa hoje última etapa do julgamento dos PMs envolvidos

DE SÃO PAULO - Está previsto para hoje, em São Paulo, o início da última etapa do julgamento dos policiais acusados de matar ao todo 111 presos no massacre do Carandiru, em 1992.

Nesta fase, irão a júri 15 PMs do COE (Comando de Operações Especiais) acusados pelas mortes de oito presos e por duas tentativas de homicídio no terceiro andar do pavilhão 9.

Em fevereiro, eles começaram a ser julgados, mas o advogado de defesa abandonou o plenário após acusar o juiz de ser "parcial". O júri foi, então, adiado e remarcado para hoje.

O julgamento do massacre está sendo feito em etapas. Já foram condenados 58 PMs pelas mortes no primeiro, no segundo e no quarto andares. Eles recorrem em liberdade.

29 MAR 2014

FOLHA DE LONDRINA

OPINIÃO DO LEITOR

Ser mulher ainda é um ato de coragem

“A cada dois segundos uma mulher é agredida na América Latina.” Lamentavelmente algumas pessoas conseguem ler essa frase no jornal e não sentir nada. Eu me sinto engolida por uma onda gigante de tristeza. A realidade é cruel e infelizmente vivemos imersos em uma sociedade machista. A ideia de que a mulher que se veste com uma roupa curta, que usa um batom vermelho, ou que se comporta inadequadamente (para quem?) merece ser agredida traduz com clareza a postura de quem não denuncia a violência que é tão explícita. E eu não falo só de violência física, mas de violência moral também. Somos todos seres humanos, independente de gênero, entretanto nos esquecemos do que significa humanidade e essa amnésia nos afasta da igualdade, que por enquanto é só utopia. Quando não denunciemos, quando nos calamus, quando não nos unimos para a luta, nós, mulheres, estamos aceitando um destino que não nos cabe. Somos livres. Somos capazes. Somos pensantes. Somos o que quisermos ser. Nós temos o direito de vestir aquilo que quisermos, de nos comportarmos como quisermos. Não podemos ser julgadas por nos expressarmos livremente. Deveriam os homens também ser violentados por todos esses anos que exibem o corpo em dias de calor circulando sem camisa? Não sejamos hipócritas. A violência gratuita não se justifica com nada. É um crime. É um atentado à liberdade e à moral usar o machismo para domesticar a mulher, ou para, simplesmente, ter mais um objeto para enfeitar a sua estante de troféus, ganhos com o respaldo do silêncio histórico.

ANELISE DE MORAES OLIVEIRA DUARTE (bibliotecária) – Londrina

LUIZ GERALDO MAZZA

Horror

A dimensão canibal do Brasil não está apenas na pesquisa do Ipea, aquela que revelou que 65% dos entrevistados entendem como válido um ataque a mulher que use roupas ousadas. Dos mais de 3 mil pesquisados, 65% deles eram mulheres, o que torna o diagnóstico mais chocante porque boa parte desse universo deve aliar-se à visão condenatória. Em Quatro Barras, região metropolitana da Capital, mãe de uma menina de quatro anos matou-a por haver feito xixi na cama e a criança era vítima de abuso sexual por parte de um tio. Mundo cão.

29 MAR 2014

FOLHA DE LONDRINA

LUIZ GERALDO MAZZA

Pressa

Magistrados pedem urgência no pagamento do auxílio moradia e pressionam o TJ, que alega falta de orçamento.

29 MAR 2014

FOLHA DE LONDRINA

Oswaldo Militão

Lei Maria da Penha: juíza puniu a esposa

Pela primeira vez no país, a Lei Maria da Penha foi aplicada em favor de homem que foi agredido pela ex-esposa, além de sofrer ameaças em sua vida e causar-lhe prejuízos patrimoniais. A juíza Daniela Endrice Rizzo, titular da 1ª Vara de Bataguassu (MS), deparou-se com essa situação e julgou a favor dele. A magistrada concedeu-lhe medida cautelar para garantir a integridade física, moral e patrimonial do autor. Ela baseou sua decisão no CPC e no artigo 44 do Estatuto do Idoso. A mulher ficou proibida de aproximar-se dele, de seus familiares e testemunhas e deverá manter-se sempre a uma distância de 100 metros do ex-marido. Se não obedecer, terá decretada sua prisão preventiva.

29 MAR 2014

FOLHA DE LONDRINA

INFORME FOLHA

TRE concentra casos

No entanto, diferentemente dos pleitos municipais, quando os processos correm nas próprias cidades onde são registradas as infrações, no caso das eleições estaduais as ações ficam concentradas no Tribunal Regional Eleitoral (TRE), em Curitiba. “Os promotores e juízes vão atuar mais na fiscalização dos abusos, remetendo, de forma bastante ágil, (as situações) ao procurador-regional eleitoral, que aí sim poderá tomar as medidas necessárias”, afirmou.

No clima da eleição

Membros do Ministério Público (MP) do Paraná participaram ontem, em Curitiba, de uma primeira reunião técnica para definir as estratégias de trabalho que serão tomadas durante a campanha deste ano. No total, 206 promotores de Justiça vão atuar nas diferentes zonas eleitorais do Estado, junto ao mesmo número de juízes, de forma a coibir práticas que contrariem a legislação.

CLAUDIO HUMBERTO

Alô, Joaquim

Até hoje os mensaleiros não foram inscritos no Cadastro Nacional de Condenados por Improbidade e por Ato que implique Inelegibilidade, do Conselho Nacional de Justiça presidido pelo ministro Joaquim Barbosa.

29 MAR 2014

FOLHA DE LONDRINA

Busca por desaparecidos patina no País

**Não há dados oficiais sobre número de vítimas;
lançado em 2010,
cadastro nacional ainda não saiu do papel**

Lucio Flávio Cruz
Reportagem Local

Londrina – A dor pelo desaparecimento de um ente querido se torna ainda mais insuportável quando a família da vítima não encontra respaldo em políticas públicas efetivas que ajudem a desvendar o mistério. No Brasil não há dados oficiais sobre o número de desaparecidos e cada Estado tem uma forma de agir. Entre os dias 25 e 31 de março, é comemorada a Semana da Mobilização Nacional para Busca e Defesa da Criança Desaparecida.

“No Brasil, se você quiser saber o número de carros roubados em um mês, em um dia, em uma hora, você tem este dado. Mas se quiser saber quantas pessoas estão desaparecidas, não vai encontrar. A nossa causa é invisível”, desabafa Ivanise Espiridião da Silva, fundadora da Associação Brasileira de Busca e Defesa de Crianças Desaparecidas (ABCD), também conhecida como Mães da Sé. A entidade criada há 18 anos em São Paulo tem 9.222 casos de pessoas desaparecidas registrados, das quais 2.937 foram localizadas.

O Ministério da Justiça anunciou em 2010 a criação do Cadastro Nacional de Desaparecimentos, mas o projeto não saiu do papel. No ano passado, foi criado o Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Desaparecidos, que não é atualizado constantemente. “Faltam critérios e detalhes importantes no cadastro, como a localidade do desaparecimento e o período. Não temos uma política definida e não há contato entre os Estados. Hoje cada um cria os seus setores de investigação”, apontou Araci Vargas, delegada do Serviço de Investigação da Criança Desaparecida (Sicride), ligado à Polícia Civil do Paraná.

Sem o respaldo público e muitas vezes com pouca informação, familiares se sentem sozinhos na busca pelas vítimas. “Quando fiz o registro comunicando o desaparecimento da minha irmã, o policial me informou que era para ficar tranquila que logo ela voltaria para casa. Muito tempo depois fui descobrir que nem o cadastro dela existia na delegacia. Hoje acredito que a polícia nem faz mais buscas por ela. É a gente que tem que correr atrás mesmo”, relata

Deidy Ellen Magnente, irmã de Deyse, que desapareceu no dia 16 de abril de 2010, aos 17 anos, a caminho da escola na zona norte de Londrina. “É muito difícil viver com a dor de não saber o que aconteceu. Até hoje nada foi descoberto, mas sempre mantenho a esperança”, ressalta Deidy.

Estimativas extraoficiais apontam que mais de 204 mil pessoas estejam desaparecidas no Brasil, das quais 40 mil são crianças e adolescentes. “A falta de políticas públicas de amparo afeta diretamente as famílias, sobretudo as mais pobres. É preciso unificar o trabalho das secretarias de segurança pública dos Estados e de áreas sociais. Hoje a busca por parte dos familiares é difícil, mas, com raríssimas exceções, se dependesse do poder público, seria impossível”, aponta Ivanise.

A Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR) não respondeu aos questionamentos feitos pela reportagem sobre o Cadastro Nacional de Desaparecidos.

CONTINUA

29 MAR 2014

FOLHA DE LONDRINA CONTINUAÇÃO

Sicride soluciona 99% dos casos

Londrina - O Serviço de Investigação de Crianças Desaparecidas (Sicride) alcançou em 2013 índice de 99% de solução dos casos de crianças desaparecidas no Estado. Das 247 vítimas, 245 voltaram para casa. Os dois únicos episódios em que as crianças não foram localizadas são o de João Rafael Kovalski, de 2 anos, que desapareceu em agosto na cidade de Adrianópolis (Região Metropolitana de Curitiba), e de Cristiano Gomes, de 2 anos, que sumiu de casa em novembro, em Santo Antônio da Platina (Norte Pioneiro).

Este ano já foram registrados 67 desaparecimentos no Paraná. Duas crianças ainda não foram localizadas. "Temos o caso de um menino que desapareceu no início da semana em Foz do Iguaçu (Oeste), mas que já tinha um histórico de abandonar unidades de abrigo, e de uma menina de Londrina. Neste caso, a mãe fugiu e levou a criança. Está em nossos registros, mas não tratamos como desaparecimento, pois ela está sob o poder da mãe", explicou a delegada do Sicri-

de, Araci Vargas.

Todos os boletins de ocorrências de desaparecimento de crianças de até 12 anos no Estado são passados ao Sicride, que a partir deste momento assume a investigação.

De acordo com a delegada, os principais motivos de sumiço de crianças são maus-tratos e negligência familiar. "Entre 10 e 12 anos as principais causas são maus-tratos e desentendimentos com a família ou na instituição em que residem. Entre os mais novos, o principal motivo é a negligência por parte da família. E

quando isso é detectado e confirmado, o responsável responde a um processo criminal", ressalta Araci Vargas.

O Sicride possui sede em Curitiba, mas atende os casos de todas as regiões do Paraná. "Seria interessante se tivéssemos unidades em algumas outras cidades do Estado, mas, diante da nossa estrutura estamos atingindo o nosso objetivo", frisou a delegada. As investigações de desaparecimentos de pessoas acima de 12 anos no Paraná fica a cargo das delegacias de polícia. (L.F.C.)

**Principais motivos
de sumiço são
maus-tratos e
negligência familiar**

29 MAR 2014

FOLHA DE LONDRINA

Justiça espera orientação sobre mensalão tucano

Belo Horizonte - A Justiça de Minas Gerais informou ontem que está esperando uma orientação do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre o encaminhamento, para a primeira instância judicial, do processo do mensalão tucano envolvendo o ex-governador do Estado Eduardo Azeredo (PSDB). Enquanto o comunicado não chegar, o Fórum Lafayette, em Belo Horizonte, não poderá definir o rumo da ação penal. A assessoria do fórum, contudo, informou que a tendência é que o processo contra Azeredo que tramitava no STF passe a correr na 9ª Vara Criminal, onde tramita o processo original do caso, com nove outros réus.

O STF decidiu anteontem, por 8 votos a 1, enviar à primeira instância o processo contra Azeredo por peculato e lavagem de dinheiro, porque ele renunciou recentemente ao mandato de deputado federal, perdendo o foro privilegiado. O presidente Joaquim Barbosa foi o único ministro que votou contra o envio do processo para Minas e disse que as acusações poderão prescrever para Azeredo. Se o ex-governador não for julgado em primeira instância até setembro de 2018, quando completará 70 anos, ele ficará livre das denúncias.

Outros ministros, como Gilmar Mendes e Celso de Mello, descartaram risco de prescrição. O relator Luís Barroso afirmou que o processo chegará a Minas pronto para ser julgado. Segundo a assessoria do STF, a ata da sessão desta quinta-feira do STF será publicada na próxima semana, mas o ministro relator da ação penal só poderá baixá-la para a Justiça mineira após a publicação do acórdão.

30 MAR 2014

FOLHA DE LONDRINA

STF retoma julgamento sobre doações a campanhas

Brasília, 28 (AE) - O Supremo Tribunal Federal (STF) poderá concluir na próxima semana um julgamento que tende a proibir as empresas de darem dinheiro para campanhas eleitorais. Iniciado em dezembro, o julgamento já conta com quatro votos contrários ao financiamento por pessoas jurídicas, entre eles o do relator do caso, Luiz Fux. Agora, os sete outros ministros que integram o plenário do STF deverão revelar os seus votos.

A expectativa é de que a maioria siga o voto de Fux. Ele conseguiu por enquanto o apoio de três colegas - Joaquim Barbosa, Luis Roberto Barroso e Dias Toffoli. Em dezembro, quando o placar estava 4 a 0 pela proibição do financiamento por pessoas jurídicas, o ministro Teori Zavascki pediu vista.

Se a decisão do plenário do STF realmente for contrária ao financiamento pelas empresas, o tribunal terá de definir se ela valerá já na eleição deste ano. Parte dos ministros do Supremo entende que não há obstáculos para isso.

HÁ 40 ANOS

30 de março de 1974

O primeiro deputado na Lei de Segurança

Brasília - O deputado Francisco Pinto, do PMDB da Bahia, é o primeiro parlamentar a ser denunciado no Supremo Tribunal Federal como incurso em preceito da Lei de Segurança Nacional,

desde que entrou em vigor a emenda constitucional nº1 em 1969. O ineditismo da denúncia trouxe à tona a competência da Justiça Militar para processo e julgamento de parlamentares.

31 MAR 2014

FOLHA DE LONDRINA

Paraná

pode ser obrigado a nomear mais 644 defensores

PEC aprovada na Câmara exige pelo menos um defensor por vara e dá prazo; hoje Estado tem apenas 83 servidores dentro de um universo de 727 varas

Mariana Franco Ramos
Reportagem Local

Curitiba - Penúltimo Estado do País a regulamentar a sua Defensoria Pública, em 2011, o Paraná deve enfrentar dificuldades para obedecer aos critérios previstos pela Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 247/2013. Aprovada no dia 12 de março na Câmara dos Deputados, em Brasília, a medida prevê que cada unidade jurisdicional conte com ao menos um defensor em um prazo máximo de oito anos. Antes de ser sancionada, a matéria precisa da apreciação em dois turnos também no Senado. Se sancionada hoje, a emenda constitucional exigiria que o Paraná nomeasse, em até 8 anos, mais 644 defensores, no mínimo.

Segundo o vice-presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) no Estado, Cássio Lisandro Telles, como o texto estipula o mínimo de um profissional por unidade, e não por comarca, todas as 727 varas (96

trabalhistas, 72 federais e 559 estaduais) instaladas em cada uma das 160 circunscrições paranaenses teriam de contar com o serviço. Atualmente, o Paraná possui apenas 83 desses profissionais, concentrados em 22 comarcas.

Curitiba (29), Paranaguá (6), Londrina (4) e Foz de Iguaçu (4) são, na sequência, as cidades com mais servidores. E os problemas vão além do efetivo. Duas instituições – Campo Largo e Umuarama – estão sem sede, enquanto a de Paranaguá, conforme informações repassadas pelo próprio órgão, funciona com número insuficiente de salas. O projeto determina, ainda, que a lotação ocorra prioritariamente em regiões com maiores índices de exclusão social e adensamento populacional.

De acordo com o subdefensor público-geral do Estado, André Ribeiro Giamberardino, apesar de difícil, a meta estabelecida é possível de ser alcançada. “Temos menos de 10% do considerado ideal. Mas preten-

demos abrir novos concursos públicos nos próximos meses e, em oito anos, chegaremos a esse número”, afirmou. O cálculo de Giamberardino foi feito tendo como base um estudo da Associação Nacional dos Defensores Públicos (Anadep) e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), lançado em março do ano passado e utilizado para fundamentar a PEC. As entidades recomendam a existência de um defensor para cada 10 mil pessoas com renda de até três salários-mínimos, que é o público-alvo da Defensoria.

Com base neste estudo, portanto, o Paraná precisaria de 844, e não de 727 defensores. As estatísticas colocam o Estado na penúltima posição quanto ao total de profissionais exigido, à frente somente de Goiás. São 0,79 a cada 100 mil habitantes; a média nacional é de 3,93.

CONTINUA

31 MAR 2014

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

MAPA DA JUSTIÇA NO PR

Veja quantos defensores públicos atuam hoje no Paraná

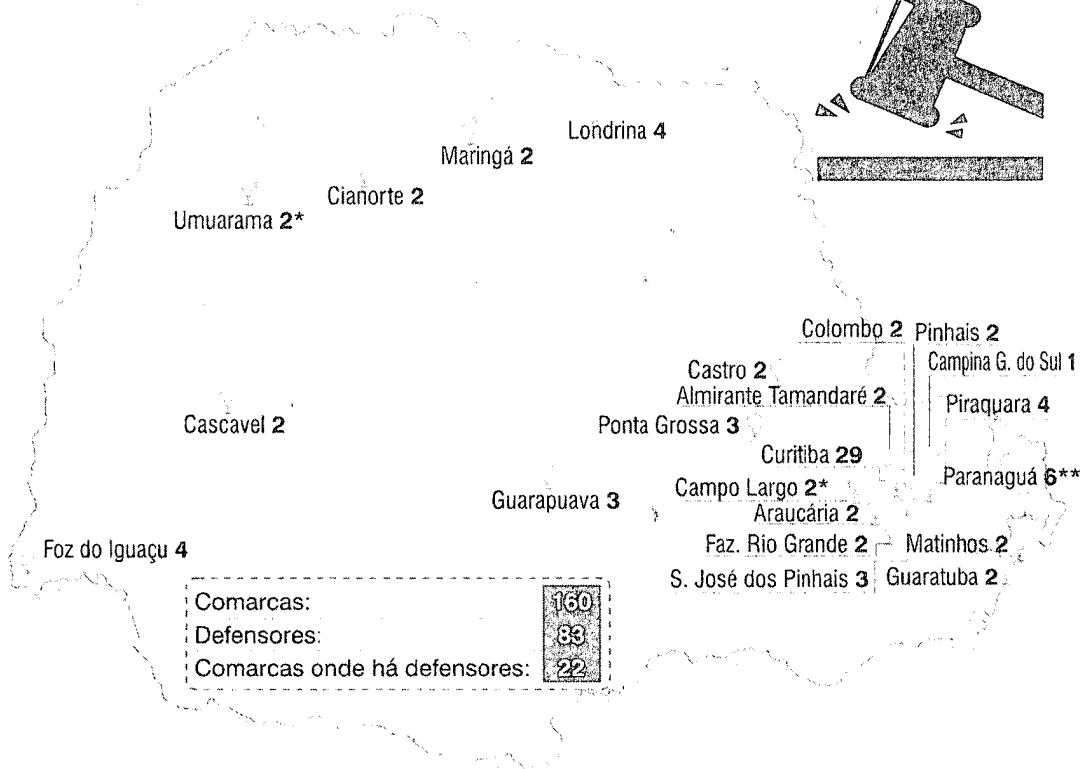
UNIDADES JURISDICIONAIS NO PARANÁ:

Justiça Federal **72** Justiça do Trabalho **93** Justiça Estadual **559**

Obs.: O Paraná está dividido hoje em 160 comarcas, no entanto, cada uma delas pode conter mais de uma vara ou unidade jurisdicional.

Total: 727

DISTRIBUIÇÃO DOS DEFENSORES PÚBLICOS POR COMARCA



* Ainda sem sede. Defensores de Campo Largo estão atuando em Curitiba na área administrativa. Dos dois profissionais de Umuarama, um está em Londrina e a outra está de licença médica.

** Dois defensores estão provisoriamente em Curitiba, enquanto busca-se nova sala em Paranaguá. A sede atualmente não comporta o número total de profissionais.

Fonte: Justiça Federal, Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região (TRT9) e Tribunal de Justiça (TJ) do Paraná / Defensoria Pública do Paraná.

Folha Arte

CONTINUA

CONTINUAÇÃO 'Legislação sozinha não resolve problema'

Curitiba - O vice-presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) no Paraná, Cássio Lisandro Telles, disse que vê com bons olhos a aprovação da PEC 247/2013. No entanto, lembra que a legislação, por si só, não irá resolver o problema. "A Defensoria Pública está prevista na Constituição Federal desde 1988. Então seria ilusão pensar que essa medida, sozinha, garantiria a prestação da assistência judiciária a todos aqueles que dela necessitam", afirmou.

Telles não quis cravar se será ou não possível cumprir a meta, afirmando somente que o assunto requer vontade política, o que inclui dotação orçamentária correspondente. "O

que a gente tem visto é que o Estado está com dificuldades até para implantar as defensorias atuais. O atual governo deu um passo importante ao fazer o concurso e nomear alguns defensores, mas a verdade é que estamos muito aquém do ideal. Há uma notória deficiência", opinou.

Com a demora por parte do Poder Executivo em nomear os defensores públicos no Paraná, tornou-se hábito no Estado, nos casos em que o réu não tinha condições de arcar com os custos do processo, a contratação de advogados dativos. A prática, contudo, acabava onerando os cofres públicos. Os profissionais interessados se cadastravam na OAB e eram

pagos mediante convênio assinado entre o órgão, a administração estadual e o Tribunal de Justiça (TJ), com honorários próximos aos praticados no mercado.

O vice-presidente da OAB lembrou que esse acordo já não existe mais. "Hoje, os juízes fixam os honorários nas suas decisões, mas o advogado que deseja receber precisa acionar o Estado na Justiça", contou. Telles também não soube informar qual seria o tamanho do passivo. "Alguns advogados têm aceitado essas nomeações e executado o Estado, para receber, mas os honorários não são da Ordem. Cada advogado promove a sua cobrança." (M.F.R.)

Convocação de assessores esbarra na LRF

Curitiba - A Defensoria Pública no Paraná foi criada em 1991, para atender àqueles que não possuem condições financeiras de custear um advogado. Entretanto, a regulamentação só aconteceu 20 anos depois. O primeiro certamente, que garantiu a estrutura mínima para funcionamento da entidade, teve início em maio de 2012, para o provimento de 197 cargos. Ao final do processo, 95 candidatos passaram, sendo que 12 acabaram deixando a função.

Em relação aos demais servidores ligados à Defensoria Pública (assessor jurídico, técnico-administrativo e psicólogo), a situação é mais complica-

da. Atualmente, apenas 52 dos 528 aprovados no último exame trabalham na instituição. A demora na nomeação levou os trabalhadores a realizar uma manifestação no último dia 21, em Curitiba. Eles temem que o concurso, cujo prazo se encerra no dia 5 de novembro deste ano, acabe perdendo validade. O governo alega que as convocações são prioridade, mas que hoje estão barreadas por conta da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). A administração estadual fechou 2013 tendo comprometido 47,23% da receita corrente líquida para pagar o funcionalismo, sendo que o limite prudencial estabelecido pela LRF é 46,55%.

Para André Ribeiro Giamberardino, o índice de evasão é outro entrave ao exercício do trabalho. "Existe a possibilidade de

perdermos mais seis ou sete nas próximas semanas, para outras carreiras, que remuneram melhor", explicou. Os defensores nomeados em outubro de 2013 recebiam um salário inicial de R\$ 10.684,38, sem contar os benefícios - no dia 7 de março, por exemplo, todos os funcionários do órgão passaram a contar com auxílio alimentação de R\$ 710.

"No Ministério Público, a remuneração gira em torno de R\$ 18 a 20 mil. E em outros Estados, como o Rio Grande do Sul, também", disse o subdefensor público-geral. "Mas tirando essa questão (do salário), é uma carreira muito atrativa, muito bonita. Quando a Defensoria está presente e forte, faz diferença na vida das pessoas, porque possibilita o acesso aos direitos mais fundamentais", completou. (M.F.R.)

FOLHA DE LONDRINA 31 MAR 2014

LUIZ CARLOS FERRAZ MANINI

Cinquenta anos depois

Neste 31 de março, completam-se 50 anos da tomada do poder pelos militares no Brasil, evento que se convencionou chamar de “golpe militar de 1964”. Em virtude da data histórica, promovem-se, pelas universidades ao longo do País, uma série de encontros e seminários dispostos a discutir os seus efeitos na sociedade brasileira e evitar que um acontecimento tal se repita.

Entretanto, muito do que se debate e se apresenta em tais discussões é evitado de parcialidade interessada e de distorções da memória, que levam, por conseguinte, a uma deformação da memória sobre tal acontecimento. Florestan Fernandes já havia colocado uma importante baliza sobre o assunto ao afirmar que o movimento de 1964 não pode constituir uma

revolução em seu sentido estrito, uma vez que tal movimento pautou-se pela ideia de reagir aos avanços que a esquerda fazia no País, sendo assim uma tomada ilegítima de poder caracterizada como golpe.

Pode-se pensar, porém, que mesmo a partir de uma chegada inconstitucional ao poder, os militares ainda preservaram, se bem que dentro de estreitos limites, uma ordem legal no País. Isto não significa dizer que houve estrito cumprimento da lei, mas atribuir somente ao regime militar uma memória de violência de Estado também esconde a ideia de que, nesses ditos tempos democráticos, o Estado tem sido absolutamente irresponsável, corrupto e violento com a população.

Também se faz questão de levantar a tese da violência do Estado contra a oposição. Porém deve-se lembrar que os militantes da esquerda também foram violentos, que mataram e torturaram em nome dos seus supostos ideais. Aliás, quando olham para trás, esses antigos militantes afirmam que lutavam pela democracia, quando de fato batalhavam para o estabelecimento de outra forma de ditadura, mais à esquerda, afinada com o modelo cubano.

Ao mesmo tempo, deve-se pensar também que afirmar que este regime foi “militar” isenta

de responsabilidade a grande parte da população que apoiou o movimento realizado a partir da mobilização das tropas do general Olympio Mourão Filho. Também buscava deixar de lado o apoio dado por parte do empresariado no sentido de financiar ações do Estado para combater o avanço da esquerda.

Isso não significa justificar a violência de Estado. Enquanto tal, a mesma deve ser investigada e clarificada à luz dos documentos que, por meio da Comissão da Verdade, têm sido apurados e trazidos a público. Mas quer dizer que devemos compreender que estes tempos não foram uníssonos, com a existência de um “Estado mau”, lutando contra a oposição justa e humana. Foi uma luta por hegemonia, de projetos políticos conflitantes que, de um extremo a outro, não se coadunavam com a ur-

gente necessidade do povo de reformas que de fato melhorassem suas condições de vida. Neste sentido, inclusive, a memória histórica que se constrói acerca do regime militar deixa de lado alguns avanços que, embora pontuais, serviram ou para melhorar a condição de vida do trabalhador ou para estimular o crescimento econômico cujos frutos, hoje, são utilizados pelo governo enquan-

to forma de repasse para os projetos sociais de que tanto se ufanam.

Assim, tomamos essa data não como motivo para comemorar ou execrar o passado. Ao historiador não cabe a tarefa de julgá-lo, mas tentar compreendê-lo em seu funcionamento, para que as questões sobre nosso passado tornem-se guias da atualidade. Porém, isso nos faz pensar que estas discussões têm sido atravessadas por interesses que mais distorcem do que clarificam tais acontecimentos. Não se deve defender o que de errôneo ocorreu, mas tentar curar a ferida aberta pelo período da ditadura não pode nos impedir de enxergar este período com a clareza analítica e a honestidade que por princípio regem a profissão do historiador.

*Não se deve defender
o que de errôneo ocorreu,
mas tentar curar a
ferida aberta pelo
período da ditadura*

LUIZ CARLOS FERRAZ MANINI
é professor de História em Londrina

29 MAR 2014

TRIBUNA DO PARANÁ

LICITAÇÃO

RETOMADA

**Justiça derruba
liminar e
escolha dos
novos taxistas
recomeça
na segunda**

A desembargadora Lélia Samardá Giacomet, da 4.ª Câmara Cível, determinou, em decisão anunciada na tarde de ontem, a continuidade da licitação para ampliação da frota de táxi em Curitiba.

Na sentença, que atende a um recurso apresentado pela Urbs, a desembargadora determina que seja dado prosseguimento à concorrência pública, “por entender estarem presentes tanto a relevância da fundamentação expendida como o perigo de lesão que a suspensão do certame pode ocasionar não somente à agravante como a toda a coletividade”.

Com a decisão da desembargadora, a Comissão de Licitação retoma o processo, abrindo novo prazo de recurso, que vai de segunda-feira a sexta-feira. Nesse período os licitantes poderão protocolar o recurso na recepção da Urbs que, em função das obras na Rodoviária, está funcionando nos fundos do prédio central, em frente à área destinada a quem viaja de trem.

Na decisão, a desembargadora considerou que a licitação aberta pela Urbs no ano passado respeita a lei de licitações e a Lei Municipal do Táxi e não fere a isonomia ao estabelecer

pontuação para tempo de experiência. O agravo interposto pela Procuradoria Geral da Urbs mostra, inclusive, a existência de licitantes sem experiência entre os classificados e habilitados pela comissão.

A desembargadora alegou que “o critério de experiência profissional exigido pelo edital de regência, tido como parâmetro meramente classificatório dos candidatos, à autorização de táxi, não ofende a isonomia indispensável aos atos da administração pública, tampouco se afigura ilegal ou imotivado da forma como apresentado”.

LICITAÇÃO

A licitação, aberta no ano passado, contou com 2.147 participantes. Na semana passada, foram publicados os resultados da análise de documentos, habilitando 640 dos 750 primeiros classificados.

A Comissão de Licitação vai iniciar no dia 14 de abril o julgamento dos recursos. A etapa seguinte será a publicação dos resultados dessa análise e, se necessário, convocação de novas sessões públicas para abertura de mais envelopes de documentação.

29 MAR 2014

TRIBUNA DO PARANÁ

FAMÍLIA INDIGNADA

**Delegado geral
declarou que
caso Thayná
pode ficar
insolúvel. Família
se revoltou**

Giselle Ulbrich
giselleulbrich@tribunadoparana.com.br

A declaração que o delegado geral da Polícia Civil, Riad Braga Farhat, deu à rádio *Banda B*, na tarde de quinta-feira, trouxe muita revolta à família de Thayná Adriane da Silva, morta aos 14 anos em junho do ano passado, em Colombo. Diante da complexidade do caso, ele declarou que mesmo a polícia trabalhando sem parar, desde a data do crime até agora, de todas as formas possíveis para elucidar o homicídio, ele não descarta a possibilidade do caso nunca ganhar uma solução. Ainda embasou o discurso, falando que até mesmo organizações internacionais contra o crime, como as de Nova York, Paris e Tóquio, que possuem tecnologia mais avançada e melhores recursos, também têm casos não resolvidos.

De acordo com o advogado Luís Gustavo Janiszewski, que atende a família de Thayná, a revolta foi porque, até então, as informações que a família tinha eram completamente contrárias à declaração do delegado. “O que as autoridades nos diziam era que o caso estava solucionado e existia um suspeito”, disse o defensor, que mostrou que a declaração de Farhat levou pro ralo as esperanças da família de ver o assassino na cadeia.

POLÍTICA

A declaração do delegado geral também trouxe outra preocupação à família, a de que o inquérito do homicídio esteja sofrendo influência política. Janiszewski explicou que, na época em que laudos do crime ainda estavam sendo produzidos pelo Instituto Médico-Legal (IML) e pelo Instituto de Criminalística (IC), as roupas de Thayná (retiradas do cadáver) foram queimadas e alguns objetos da estudante sumiram do prédio do IC. Algo que não poderia ter acontecido, já que o inquérito ainda estava em andamento e os materiais poderiam passar por novas análises. Também criticou a atuação do médico legista Alexandre Gebran Neto, que segundo o advogado, produziu um laudo de cadáver incompleto e omisso, e da perita Jussara Joekel, que fez a perícia de local de crime e alegou que não houve violência sexual contra Thayná. A família acredita o contrário, de que a jovem foi estuprada pelos quatro rapazes detidos no dia do encontro do cadáver.

O advogado considerou isto tudo como erros graves por parte do IML e do IC. “O atual secretário de segurança é o Leon Grunenmacher, que na época era diretor dos dois institutos. Se percebermos que a declaração do delegado geral foi por influência política do secretário, pra que o inquérito fique sem solução pra esconder os erros do Leon no Instituto de Criminalística, nós vamos fazer um barulho grande. Vamos pedir intervenção da Polícia Federal no inquérito, vamos na Assembleia Legislativa expor o caso,

vamos falar com o governador, iremos às ruas protestar”, disse Janiszewski.

Mas antes de fazer o “estardalhaço”, o advogado disse que primeiro vai conversar com o delegado Cristiano Quintas, que preside o inquérito. “Vamos ver com ele se a declaração foi apenas um ato falho do delegado geral, ou se o caso ainda está sem solução nenhuma mesmo”, explicou.

31 MAR 2014

TRIBUNA DO PARANÁ

Dante Mendonça

Quem perdemos

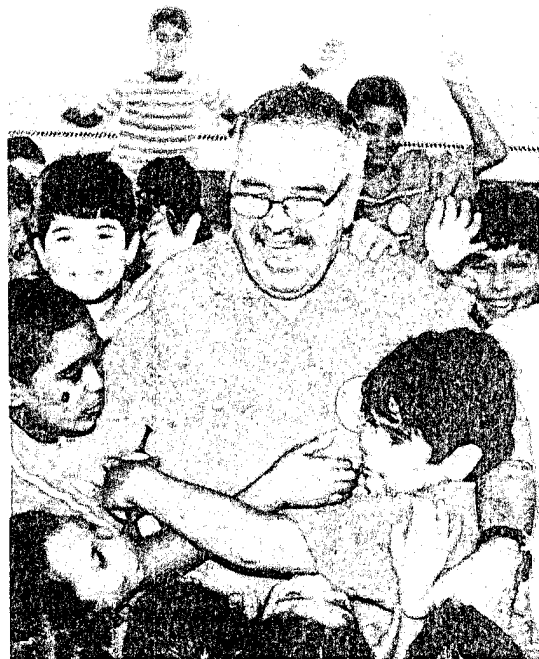
O Senhor escolheu um dia muito especial para Belmiro Valverde Jobim Castor nos deixar. Na tarde de 29 de março, aniversário de Curitiba e de Poty Lazzarotto. Foi nessa data para que nós mortais desmemoriados tenhamos uma referência especial para não esquecê-lo. Como se fosse possível esquecer o professor Belmiro, tamanha a falta que ele nos vai fazer.

Não fosse pela falta de palavras nestes momentos, dizer que Belmiro vai fazer falta é um lugar comum, o tal do óbvio ululante. Mas é isso mesmo, vai nos fazer muita falta. Na companhia dos amigos, no amparo aos desassistidos, na página do jornal e - como já escreveu o jornalista Celso Nascimento, vai nos fazer falta "sua inteligência desconcertante, seu humor refinado, a abrangência sideral de seus conhecimentos, sua firmeza de caráter, sua incrível capacidade para compreender o mundo e a alma humana".

De Belo Horizonte, lamentou o jornalista Valério Fabris, ex-diretor da Gazeta Mercantil: "Inteligência e lucidez em tempo integral. E gentileza. Morei em nove cidades, entrevistei centenas de personalidades de diferentes perfis. Um dos brasileiros de maior visão, nas gerações do pós-guerra. Um imenso privilégio para o Paraná. Porque só o Paraná o conheceu bem. Só Paraná se beneficiou de seus pensamentos e de suas obras. Belmiro, Belmiro, Belmiro! Fica na gente uma tristeza de dimensões cósmicas".

Belmiro Valverde Jobim Castor vai nos fazer falta ainda na cadeira 28 da Academia Paranaense de Letras, onde sua frequência contrastava com os tantos (e são tantos!) ausentes que em plena saúde só fazem de suas honrosas e históricas cadeiras um assento para o ego. Escritor, nos deixa sem o livro de memórias dos bastidores econômicos e administrativos do Paraná, com bastante pesar pelos causos do folclore político, agora pendurados na memória dos amigos.

Perdemos o homem que militou em tantas frentes - secretário de Estado, administrador, professor, cronista, articulista, conferencista ilustradíssimo sem deixar de ser didático - e que se dedicava ultimamente, com especial afinco e generosidade, a assistir crianças e adolescentes na instituição João Paulo II, que criou junto com Elizabeth e que se sustenta com uma rede de



apoio de pessoas de bem. Em momentos muito especiais, Belmiro adorava exercer o ofício de avô, muitas vezes virtual pela distância da netinha, que mora na Europa.

Belmiro, que conhecemos via Aroldo Murá, no tempo do extinto jornal "Voz do Paraná", estava se preparando para ver o Papa canonizado. Justamente João Paulo II, que escolheu para nominar sua escola. Iriam para a mesma semana em Roma, a família de Belmiro mais o amigo fraterno Aroldo Murá.

Belmiro enxergava longe. E na frente. Foi antes. Na frente.

(Dante Mendonça, com a ajuda de dois parágrafos de Maí Nascimento Mendonça)

31 MAR 2014

TRIBUNA DO PARANÁ

FÓRUM

Seis bandidos fortemente armados invadiram o fórum do Juizado Especial Civil e Criminal, no Água Verde, às 7h30 de ontem, e roubaram várias armas do local. Os ladrões renderam o vigilante e arrombaram os cofres do fórum. "Oito cofres do local foram estourados e as armas levadas", informou o delegado Rodrigo Souza, da Delegacia de Furtos e Roubos, que ainda não conseguiu contabilizar quantas foram levadas. "Estamos investigando a quantidade e os calibres, mas até o momento só sabemos que foram muitas", disse.

O funcionário rendido, de acordo com o delegado, não ficou ferido. O roubo durou mais de uma hora. (LS)

31 MAR 2014

BEMPARANÁ

Assaltantes invadem Juizado e roubam armas

Seis assaltantes invadiram o fórum do Juizado Especial Civil e Criminal no bairro Água Verde, em Curitiba, por volta das 7h30 de ontem. Segundo o delegado da Furtos e Roubos Rodrigo Souza, os ladrões renderam o vigilante e arrombaram nada mais nada menos que oito cofres do local para roubar armas. "Estamos investigando quantas armas foram levadas e qual o calibre", explicou o delegado. O funcionário rendido não ficou ferido e o roubo durou cerca de uma hora e meia.

Até o fim do dia de ontem, os assaltantes não tinham sido localizados. Câmeras de segurança registraram o roubo e as imagens estão sendo analisadas pela polícia. Hoje, a polícia deve divulgar mais detalhes do caso. Há suspeita de que os assaltantes tinham informações privilegiadas sobre o local.

A segurança deve ser redobrada nos próximos dias no local.

31 MAR 2014

BEMPARANÁ

PAINEI

Curso

Já estão abertas as inscrições para o curso Tributação do Investimento Estrangeiro no Brasil, que a advogada e consultora Letícia Mary Fernandes do Amaral ministrará no dia 29 de abril, a partir das 19h, no auditório da Faculdade de Estudos Sociais do Paraná (Fesp). As inscrições são gratuitas e podem ser feitas pelo link <http://parana.ccfb.com.br>. O curso é uma promoção da Fesp e da Câmara de Comércio França Brasil (CCFB).

Congresso

De 2 a 4 de abril, acontecerá em Curitiba o 1º Congresso Ibero-Americano de Psicologia Forense, promovido pelo Mestrado em Psicologia da UTP. "O Mestrado em Psicologia da UTP é o único no Brasil que tem área de concentração em Psicologia Forense", explica a presidente do congresso, professora Paula Inez Cunha Gomide. Mais informações: 3022-1247 ou www.iberoforense2014.com.br

Restituição

Valores de benefícios recebidos do INSS em ações judiciais revogadas devem ser devolvidos. O entendimento é do STJ.

Menor

É nulo o pedido de demissão de funcionário com menos de 18 anos que não foi assistido pelos pais ou representantes legais. O entendimento é 4ª Turma do TRT da 3ª Região.

Armados

Juízes e desembargadores têm direito ao porte de arma de fogo sem a necessidade de comprovar a capacidade técnica e psicológica. O entendimento é da 4ª Turma do TRF da 4ª Região.

Insalubridade

Empregado que faz limpeza em banheiros que atendem muitas pessoas deve receber o adicional de insalubridade ao trabalhador. O entendimento é da 6ª Turma do TST.

31 MAR 2014

BEMPARANÁ

Projeto de Lei restringe uso de Embargos Infringentes

Proposta em tramitação na Câmara dos Deputados altera o Código de Processo Penal (CPP – Decreto-lei 3.689/41) para estabelecer que os embargos infringentes só poderão ser interpostos para contestar acórdão não unânime que tiver reformulado a sentença de mérito proferida pelo magistrado em primeiro grau. A alteração está prevista no Projeto de Lei 5635/13, do deputado Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB-SP).

Atualmente, o CPP determina que o embargo infringente pode ser usado sempre que não for unânime a decisão de segunda instância, desfavorável ao réu.

“Por um lado, há os que defendem a tese de que a falta de unanimidade no julgamento de um recurso cria a necessidade de maior reflexão sobre o tema pelo tribunal”, explica Mendes Thame. “Enquanto que por outro lado diversas são as críticas à existência deste recurso, o qual muitos afirmam que serve apenas para atrasar ainda mais o julgamento dos processos”, completa.

Segundo Mendes Thame, assim como feito na reforma do Código de Processo Civil (CPC – Lei 5.869/73), o objetivo do projeto é definir um meio termo entre as teses apresentadas. “Sem extirpar o recurso do Código de Processo Penal, o texto apenas restringe as hipóteses de cabimento”, conclui.

O projeto será analisado conclusivamente pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Assassino pode ter sido solto por engano

A secretária de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, **Maria Tereza Uille Gomes**, determinou a instauração de uma sindicância para apurar um possível erro grotesco: soltaram, “sem querer”, um homem acusado de assassinato que estava preso na Casa de Custódia de Piraquara. A determinação consta no Diário Oficial do Estado do último dia 21. Segundo o documento, o réu preso tinha mandado de prisão preventiva e respondia ao crime de homicídio junto a 2ª Vara Privativa do Tribunal do Júri. Foi montada uma comissão para identificar os responsáveis pelo “erro”.

MP em obras

O Ministério Público do Paraná assinou no início deste ano um contrato de pouco mais de R\$ 49 milhões para construção de um novo prédio no bairro Centro Cívico, em Curitiba. De acordo com a assessoria do MP, a obra irá centralizar o trabalho da instituição no Centro Cívico, facilitando o acesso da população aos serviços do MP. O novo prédio ficará quase em frente ao prédio da procuradoria-geral de Justiça. A obra deve ficar pronta até 2016.

29 MAR 2014

O ESTADO DE S. PAULO

Jovens infratores relatam sessões de tortura na V. Maria

Representação destaca 'lesões aparentes, dentes quebrados e isolamento'; funcionários falam de confrontos e 4 agentes feridos

Bruno Ribeiro

O Ministério Público Estadual, o Tribunal de Justiça e a Defensoria Pública do Estado apuram denúncia de tortura praticada por funcionários da Fundação Casa (ex-Febem) contra adolescentes, depois de recente tentativa de fuga. Os relatos são de espancamento a jovens do Complexo Vila Maria, na zona norte da capital – tanto os que ficaram quanto os que foram recapturados. Dois dos fugitivos foram encontrados mortos, boiando no Rio Tietê. A Fundação afirma que há duas sindicâncias abertas para apurar os fatos.

“Os adolescentes relatam severas agressões, que podem se caracterizar em maus-tratos ou torturas, perpetradas pelos agentes da Fundação, direcionadas especialmente às cabeças. Segundo relatos, há adolescentes com lesões aparentes, dentes quebrados e isolados ‘em tranca’ (isolados dos demais internos) depois disso”, diz trecho da representação, feita pelo Coletivo de Advogados de Direitos Humanos (CADhu).

Pessoas ligadas às unidades afirmaram ao Estado que os internos que ficaram no complexo depois das fugas também foram vítimas de violência. Mas as agressões teriam se dirigido especialmente aos adolescentes que tentaram fugir.

As fugas ocorreram na madrugada dos dias 15 e 16. A primeira foi maior, com 37 menores que conseguiram escapar das unidades Nova Vida e Paulista, que fazem parte do complexo. Desse, sete foram recapturados, de acordo com a Fundação.

No caso seguinte, a fuga foi de cinco adolescentes que estavam na unidade Bela Vista. Dois dos internos estão foragidos. Um deles foi recapturado. Os dois restantes foram encontrados mortos no dia 18, boiando no Rio Tietê. Seus corpos foram retirados do rio pelos bombeiros.

Segundo relatos de funcionários, houve confronto entre servidores e detentos nas tentativas de fuga. Quatro agentes terminaram feridos. Um deles, atingido por um extintor de incêndio, ainda está internado.

Exemplo. “Pelos relatos que colhemos, os casos de tortura que existem na Fundação Casa, especialmente nesta unidade, são sistemáticos e vêm se inten-

● **Lotação**
9.679

meninos e meninas estão internados na Fundação Casa, segundo balanço do mês de março. A entidade tem capacidade para atender 8.758, o que dá uma lotação de 110% da capacidade.

sificando ao longo dos anos. A fuga foi uma resposta a essa situação. Depois disso, como é de praxe na instituição, houve uma sessão severa de espancamento, na modalidade de tortura como submissão. Os torturados serviram de exemplo para os outros – como forma de tentar evitar novas fugas”, disse a advogada Eloísa Machado, que faz parte do CADhu. “Além de fazermos a representação, despachamos com todos os órgãos acionados para cobrar providências”, afirmou.

A representação dos advogados pede visita às unidades e apuração da morte – o texto fala do encontro de um corpo apenas e do desaparecimento de outro; a Fundação confirma que os dois estavam no Tietê. Organizações como Mães de Maio e Associação de Amigos e Familiares de Presos (Amparar) também acompanham o processo.

A juíza corregedora permanente da Fundação Casa do Tribunal de Justiça, Maria Elisa Silva Gabin, informou que apura os fatos e determinou inspeção judicial na unidade. Por meio da assessoria de imprensa do TJ, ela afirmou que já ouviu os diretores das unidades e também a presidente da Fundação Casa, Berenice Giannella.

O Ministério Público também investiga a denúncia. A reportagem não conseguiu confirmar quais ações foram tomadas pela Defensoria Pública.

CONTINUA

29 MAR 2014

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Fundação diz que não compactua com agressões

● A Fundação Casa afirma que instaurou sindicância interna para apurar as duas ocorrências de fuga registradas no Complexo Vila Maria, na zona norte, na semana retrasada. Segundo a assessoria de imprensa da entidade, no entanto, todos os internos que foram recapturados passaram por atendimento na enfermaria da unidade e nenhum deles apresentava sinais de agressão.

A Fundação afirmou também que não foi notificada por nenhum dos órgãos que recebeu a representação (Tribunal de Justiça, Ministério Público e Defensoria Pública) acerca da denúncia, mas diz que o acompanhamento tanto de sua Corregedoria quanto do Tribunal de Justiça já inclui verificação de casos de agressão. A entidade diz que não compactua com nenhum caso de tortura praticado por funcionários.

Ainda de acordo com a assessoria do órgão, as agressões sofridas pelos funcionários durante as tentativas de fuga não resultaram em confronto com os internos. Assim, diz a Fundação, quem ficou nas unidades também não apresenta ferimentos.

Sobre as acusações feitas pelos funcionários, a Fundação nega que haja superlotação no complexo. Diz que há capacidade para 120 vagas nas unidades onde ocorreram a primeira fuga, 60 em cada, e que elas não atingiram esse número – mas não informou o número de internos nelas. Também nega que internos tenham acesso a celulares, afirmando que há revistas semanais no interior do complexo.

O órgão afirma que, na assembleia dos funcionários de hoje, vai propor 3,97% de correção salarial e aumento de 2,2%, além de correção de benefícios. / B.R.

29 MAR 2014

O ESTADO DE S. PAULO

Protesto na web critica 'cultura do estupro'

Após Ipea revelar que 65% dos brasileiros culpam roupa de mulheres por ataques, até Dilma se pronunciou

Felipe Tau
Mônica Reolom

Um dia depois de o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) divulgar uma pesquisa que revela que 65% dos brasileiros acham que mulheres que usam roupas curtas merecem ser atacadas, as redes sociais se tornaram palco de protestos e debates.

A presidente Dilma Rousseff foi taxativa ao comentar a pesquisa em seu Twitter: "tolerância zero à violência contra a mulher #Respeito". Ela também publicou que "a sociedade brasileira tem muito o que avançar" e que o resultado do levantamento "deixa claro o peso das leis e das políticas públicas".

Dilma afirmou a necessidade de unir forças no combate à violência. "Governo e sociedade devem trabalhar juntos dentro e fora dos lares."

A pesquisa do Ipea também revelou que 58,5% dos entrevistados acreditam que, se as mulheres soubessem se comportar, haveria menos estupros.

Protesto. No Facebook, mulheres de todo o Brasil se organizaram para protestar contra o resultado da pesquisa. "Você não concorda com isso? Nem eu! Então 'bora' mostrar o corpo para mostrar o quão revoltadas estamos?", convocava o texto publicado na página do evento na rede social. Até as 21h de ontem, a manifestação virtual teve adesão de 16 mil pessoas.

"A ideia é que a gente tire a roupa e se fotografe, da cintura para cima, com um cartaz tampando os seios com os dizeres 'Eu também não mereço ser estuprada' e postemos, todas juntas, ao mesmo tempo, online", explicava a organizadora do ato, a jornalista Nana Queiroz. Ela estimulava as mulheres a postar fotos da maneira que se sentissem à vontade: "de burca, de roupa de futebol ou de biquíni", exemplificava.

Com a hashtag #EuNãoMereçoSerEstuprada, as pessoas começaram a postar suas fotos às 20h. Reunidas, sozinhas, velhas, novas e até amamentando, as mulheres exibiram seus cartazes. Homens também aderiram ao protesto. "Canso de escutar que se uma mulher usa roupa curta é pedir pra ser estuprada. E quanto a homens sem camisa? Eles também estão pedindo isso?", escreveu Eduardo Winther de Medeiros, que exibiu um cartaz com os dizeres: "Roupa curta não justifica estupro". Johannes Antonius Wiergerinck também apoiou a causa: "Se eu vir você abusando de uma mulher, eu vou quebrar o seu pescoço – fisicamente, verbalmente ou moralmente".

Apesar da grande adesão, algumas mulheres se sentiram intimidadas com comentários machistas em seus posts. "Em um movimento virtual que tem como objetivo o respeito às mulheres, eu publico uma foto e sou xingada. É como ser rotulada e julgada", reclamou uma manifestante. As outras a apoiaram: "Não dê ouvidos a eles. Nos enjoa ver gente que pensa assim".

29 MAR 2014

O ESTADO DE S. PAULO

Fim do mensalão mineiro fica para depois da eleição

Transferência do caso Azeredo para a 1ª instância, em Belo Horizonte, atrasa o processo e evita incômodos para o PSDB

Marcelo Portela
BELO HORIZONTE

Com a decisão do Supremo Tribunal Federal de enviar para a Justiça mineira o processo do chamado mensalão mineiro – que tem como réu o ex-deputado federal Eduardo Azeredo (PSDB-MG) – a sentença sobre o caso só deverá ser conhecida depois das eleições presidenciais de outubro. Isso significa, na prática, que a candidatura presidencial do senador Aécio Neves (PSDB-MG) não terá de conviver com o constrangimento de ver o tucano mineiro, próximo de Aécio, sob os holofotes que incomodaram o PT durante o julgamento do mensalão pelo Supremo Tribunal Federal.

O promotor João Medeiros, do Ministério Público em Minas Gerais, já anunciou que se empenhará em apressar as decisões – mas é improvável que tenha sucesso. À frente do processo sobre o mesmo mensalão mineiro que tramita contra outros nove réus em Belo Horizonte, Medeiros acha possível chegar à sentença ainda em 2014 – mas não antes de outubro. Para começar, o promotor tem de aguardar, antes que o processo de Azeredo seja transferido para a Justiça de 1.ª instância, que o Supremo publique a ata da sessão em que se tomou essa decisão – o que não tem ainda data marcada para ocorrer.

Quando o processo chegar ao Fórum Lafayette, em Belo Horizonte, será distribuído para um magistrado. Este precisará se debruçar sobre as 10 mil pági-

nas, distribuídas em 105 volumes, que compõem a ação.

“O juiz ou a juíza ainda pode pedir alguma diligência se entender que isso é necessário”, observou José Gerardo Grossi, advogado de Eduardo Azeredo, segundo o qual a demora na sentença causa “muito incômodo” ao ex-deputado, que sempre afirmou ser inocente e espera uma decisão favorável.

Na avaliação do promotor Medeiros, o processo deve ser distribuído para a 9ª Vara Criminal do Fórum Lafayette, presidida pela juíza Neide da Silva Martins. Além de ser uma vara especializada no tipo de crime que consta no processo, é lá que tramita a ação contra os outros nove réus no mesmo caso, entre os quais o empresário Marcos Valério Fernandes de Souza.

Adiamento. Uma preocupação do promotor é que o processo contra o ex-governador mineiro, que aguarda apenas a sentença, seja juntado à outra ação, que ainda está em fase de instrução. Segundo João Medeiros, “tudo que é possível para a defesa adiar a decisão se pode esperar”.

‘Normalidade’. Grossi nega, porém, a intenção de protelar a decisão. Ele diz esperar que o processo “corra dentro da maior normalidade” e separado da outra ação que já tramita no Estado. “São processos com andamentos diferentes”, justificou. E garantiu que Azeredo espera uma decisão rápida, porque considera a ação “muito incômoda e tremendamente injusta”. “Esse processo foi todo movido por

Nilton Monteiro, o maior falsário do País, com documentos e testemunhos falsos”, afirmou o advogado, referindo-se ao lobbista que se encontra preso em Condição, na região metropolitana de Belo Horizonte.

Mesmo assim, tucanos mineiros respiram aliviados com o atraso do processo. “A situação ficou melhor. Na (campanha) estadual não faria diferença, mas na presidencial poderia causar prejuízo”, disse um integrante da direção do tucanato mineiro, que negou que tenha havido pressão para Azeredo renunciar – e, desse modo, forçar a transferência do processo para a 1.ª instância.

Reações

“O juiz ou a juíza pode pedir algum diligência se entender que é necessário”

“Esse processo foi movido por Nilton Monteiro, o maior falsário do País, com testemunhos falsos”

José Gerardo Grossi
ADVOGADO DE AZEREDO

“Tudo que puder adiar a decisão se pode esperar”

João Medeiros
PROMOTOR PÚBLICO

CONTINUA

29 MAR 2014

O ESTADO DE S. PAULO

AÇÕES

● Ação penal 1

Na ação que acabou de ser remetida do Supremo Tribunal Federal para a Justiça de Minas Gerais, o ex-deputado e ex-governador Eduardo Azeredo (PSDB) é acusado de peculato e lavagem de dinheiro ou ocultação de bens, direitos ou valores.

● Ação penal 2

Senador Clésio Andrade (PMDB-MG), outro réu do mensalão mineiro, é alvo de ação penal que está no Supremo Tribunal Federal. Acusado de peculato, lavagem de dinheiro ou ocultação de bens, direitos ou valores, Clésio era o candidato a vice na chapa de Eduardo Azeredo em 1998.

● Ação penal 3

4ª Vara Criminal Federal de Belo Horizonte condenou Marcos Valério, seus ex-sócios Ramon Hollerbach e Cristiano Paz e o advogado Rogério Tolentino por envolvimento no mensalão mineiro. Outros réus aguardam julgamento. O ex-ministro Walfrido dos Mares Guia se livrou da ação.

● Ação civil

A primeira ação judicial que trata do mensalão mineiro, esta civil, completou 10 anos de tramitação no Supremo no ano passado. Sob a acusação de improbidade administrativa, são réus no processo Eduardo Azeredo, Clésio Andrade, Marcos Valério e outros.

TUTTY

Basta!

O STF teve bons motivos para decidir que o mensalão tucano é problema da Justiça de MG. Ninguém no STF – ou em qualquer corte do mundo – aguentaria dois mensalões em sequência.

29 MAR 2014

O ESTADO DE S. PAULO Promotores tentam cassar pensão vitalícia de Agripino

Angela Lacerda / RECIFE

O Ministério Público do Rio Grande do Norte impetrou, no último dia 24, uma ação civil pública para obrigar o governo estadual a sustar o pagamento de pensão vitalícia aos ex-governadores Lavoisier Maia Sobrinho e José Agripino Maia. Eles recebem pensão vitalícia no valor de R\$ 11 mil cada um, com base na constituição estadual de 1974, já revogada e editada no período da ditadura militar.

Agripino Maia é senador, presidente nacional do DEM e foi governador do Rio Grande do Norte em dois mandatos – 1983/86 e 1991/94. Ele recebe a pensão desde 15 de maio de 1986. Lavoisier Maia, que recebe o benefício desde junho de 1986, foi governador de 1979 a 1983 e já abandonou a política.

A notícia foi divulgada ontem na página do Ministério Público na internet. O texto explica que em março de 2011 a Promotoria de Justiça instaurou inquérito civil para averiguar a legalidade e compatibilidade de aposentadorias e pensões especiais recebidas por ex-governadores e dependentes com a Constituição de 1988.

De acordo com o MP, na fase do inquérito civil foram pedidas informações ao Instituto de Previdência dos Servidores, à Secretaria de Administração e Recursos Humanos, à Casa Civil e ao Tribunal de Contas, sem que se tivesse localizado um só processo administrativo ou documento concedendo as pensões.

Na ação, assinada pelos promotores Emanuel Dhayan de Almeida, Paulo Batista Lopes Neto, Keiviany Silva de Sena e Hellen de Macedo Maciel, a alegação é que não há fundamentação para tal pagamento. “É subversivo à noção de República a perpetuação de um gasto público a uma determinada pessoa, simplesmente pelo fato de ter exercido uma determinada função pública”, dizem os promotores.

Legal. Dizendo que os atos jurídicos “são regidos pelas leis vigentes à sua época”, o senador José Agripino sustenta que sua pensão é legal. “Qualquer interpretação em contrário afronta a legislação que me assegurou esse direito”, afirmou. O ex-governador Lavoisier Maia não foi localizado para comentar.

30 MAR 2014

O ESTADO DE S. PAULO

Casais estrangeiros já adotam 17% das crianças brasileiras

De 3.377 menores de idade que ganharam família desde 2008, 511 foram viver no exterior; regra do CNJ vai facilitar novos processos

Fabiana Cambricoli

Mesmo sujeitos a regras de adoção mais rígidas do que as impostas aos brasileiros, os estrangeiros foram responsáveis por um sexto das adoções feitas no País desde 2008, segundo dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Desde que o Cadastro Nacional de Adoção (CNA) foi criado, há seis anos, 3.277 crianças e adolescentes foram adotados, 511 deles por não residentes no Brasil.

Na segunda-feira passada, o CNJ aprovou resolução que deverá facilitar o processo de adoção por estrangeiros. Com a mudança, eles passarão a integrar o CNA e estarão aptos para adotar crianças em todos os municípios. Até agora, a única possibilidade para estrangeiros era entrar com o pedido nos Tribunais de Justiça dos Estados. “Nesse caso, eles só apareciam como pretendentes disponíveis para as crianças daquele Estado e ficavam invisíveis para os demais”, explica Guilherme Calmon, conselheiro do CNJ.

Ele diz acreditar que o número de adoções internacionais seja significativo porque os estrangeiros geralmente se dispõem a adotar crianças com perfis que a maioria dos interessados brasileiros rejeita. “Vemos que os europeus aceitam adotar crianças mais velhas e irmãos, perfil pouco procurado por brasileiros. Com a mudança na resolução, acreditamos que o número de adoções internacionais vai

crescer, sempre lembrando que a prioridade vai continuar sendo dos pretendentes nacionais”, diz. Segundo Calmon, entre os países com mais interessados em adotar no Brasil estão França, Itália e Espanha.

Representante da Associação Italiana Pró-Adoção (Aipa), uma das entidades credenciadas pelo governo brasileiro para intermediar processos de adoção, a advogada Maria Cecília Sarinho afirma que a medida é boa para os estrangeiros, mas principalmente para as crianças, que terão mais chances de encontrar uma família. “Em alguns casos, o casal espera até cinco anos e, enquanto isso, uma criança com aquele perfil pode estar esperando para ser adotada, mas em um Estado diferente daquele em que o casal entrou com a documentação”, diz.

Encontro. Mesmo disposto a adotar crianças de até 10 anos, o casal italiano Moreno Rellini e Loredana Gandolfo, de 46 anos, esperou um ano e meio até ter a oportunidade de adotar uma criança brasileira. Em 2011, a chance veio em dobro. A Justiça de São Paulo, onde tinham entrado com o pedido, apresentou para adoção as irmãs Kauana e Eliza, na época com 9 e 10 anos, respectivamente, sete deles passados em um abrigo em Monte Alto, no interior.

“Sempre quisemos ter dois filhos e quando vimos a foto delas, sentimos que eram nossas”, diz Rellini.

Dos 30,4 mil brasileiros interessados em adotar, apenas 2% aceitam crianças acima dos 9 anos, como as duas irmãs. Hoje, 5,4 mil menores de idade esperam por adoção.

Um deles está perto de sair da lista. Na sexta-feira, F.S., de 7 anos, se encontrou pela primeira vez com o casal italiano Massimiliano Simeï, de 45 anos, e Lia Carosi, de 47. Agora, os três vão ficar 30 dias vivendo juntos no Brasil, período de convivência exigido pela lei brasileira.

“O primeiro encontro foi emocionante. Ele chegou tímido, mas logo se entregou. Percebemos claramente que há um medo por parte dele, o medo de um novo abandono. Mas vamos fazer de tudo para que ele se sinta acolhido e amado”, diz Lia.

As duas irmãs do garoto estão em processo de adoção por outro casal italiano, o que permitirá o contato dos três irmãos.

CONTINUA

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Irmãos e amigo foram acolhidos por italianos

30 MAR 2014

Após anos vivendo em um abrigo em São Paulo, os irmãos Sergio, Simona e Aureo conseguiram o que parecia impossível: um casal interessado em adotar os três juntos. Do total de pretendentes à adoção no Brasil, apenas 19% aceitam adotar mais de uma criança.

Anova família começou a surgir em 2005, quando o casal italiano Sebastiano Depau, de 50 anos, e Susanna Lai, de 48, conseguiu a autorização da Justiça brasileira para adotar as crianças, hoje com 19, 17 e 14 anos.

“Quando nos foi apresentada a opção de adotá-los, nem pensamos na possibilidade de separar os irmãos. Adotaríamos os três ou nenhum”, conta Susanna. “Hoje temos certeza de que fizemos a escolha certa, porque além do grande amor que temos pelos três, Aureo tem necessidades especiais. Na condição em que ele estava, se não fosse a adoção, ele teria piorado muito ou, então, morrido.”

A adaptação à chegada de três crianças não foi fácil. “Elas não se entregavam totalmente e, conseqüentemente, era difícil estabelecer regras. No caso do Aureo, ainda tinha a dificuldade de comunicação”, diz ela.

Família aumentou. No ano passado, os irmãos tiveram uma surpresa. O melhor amigo de Sergio, que viveu por muitos anos no mesmo abrigo das crianças, foi adotado, aos 18 anos, pelo casal.

“Na primeira vez que viemos ao Brasil após a adoção, conhecemos o Wallace. Durante alguns anos, ele chegou a passar férias na Sardenha (*onde a família mora*) com a gente. Quando ele completou 18 anos, veio em definitivo para cá e decidimos fazer a adoção.”

Para ela, mesmo com as dificuldades, a experiência valeu a pena. “Antes, eu e o Sebastiano saíamos, viajávamos. Depois da adoção, tudo gira em torno dos filhos, mas não conseguimos imaginar a nossa vida sem eles.”/F.C.

30 MAR 2014

O ESTADO DE S. PAULO

Transporte. Dados obtidos pelo 'Estado' por meio da Lei de Acesso à Informação mostram que 617 processos foram ajuizados em 10 anos – 459 apenas entre 2012 e o mês passado; superlotação e falhas estão entre motivações. Empresa alega aumento da demanda

Em 2 anos, usuários 'bombardeiam' Metrô de SP com ações na Justiça

Caio do Valle

A batalha judicial entre usuários e o Metrô disparou. Dados do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP), obtidos pelo Estado por meio da Lei de Acesso à Informação, revelam que 617 ações foram ajuizadas, nos últimos dez anos, por problemas como lesões sofridas no interior do sistema e questionamentos de valores oferecidos pela empresa em casos de desapropriação de imóveis. A grande maioria dos pedidos versa sobre indenizações por dano moral e decorrem principalmente da superlotação e das falhas recorrentes na rede.

Em pouco mais de dois anos, entre 2012 e o mês passado, foram ajuizadas 459 ações, o que representa 74% de todo o volume de processos desde 2004. Oficialmente, o Metrô credita o salto apenas à elevação da demanda no período, quando 57% a mais de passageiros passaram a ser transportados, segundo a empresa. Contudo, a quantidade de processos subiu em uma proporção muito maior. Dez anos atrás, só foram ajuizadas três ações dessa natureza, ante 186 em 2013

A operadora de telemarketing Mayane Fabricia de Santana, de 20 anos, se diz vítima da superlotação. Ela se feriu ao cair com as duas pernas no vão do trem no momento do embarque na Estação Belém, no horário de pico da manhã. O acidente aconteceu há cerca de um ano e deixou queloides em suas pernas. "Doeu muito. Acho que o Metrô devia se preocupar mais com essa questão, colocar mais trens vazios passando", afirma.

Outro fator está por trás do aumento das ações. Trata-se das falhas e acidentes que acometem o serviço. Somente uma ocorrência, a batida entre dois trens na Linha 3-Vermelha, em maio de 2012, levou a uma avalanche de processos. Uma das afetadas naquela ocorrência e que decidiu processar a empresa é a enfermeira Laís Cossi, de 22 anos, que estava sentada no primeiro vagão do trem que colidiu com o outro que estava parado – o acidente foi o pior da história da operação da companhia, inaugurada em 1974.

"Bati a cabeça, outras pessoas caíram em cima de mim e o labirinto do meu ouvido estourou, tive de me afastar do emprego por uma semana. Além dis-

so, perdi as provas na faculdade. A única pessoa que me ajudou a andar sobre os trilhos foi outro passageiro, que também estava machucado e sangrando", afirma Laís. De acordo com ela, o Metrô não lhe prestou o atendimento adequado. O caso ainda não foi julgado.

Patrícia Conceição da Silva Carvalho, balconista de 34 anos, feriu o braço na colisão e perdeu um dia de trabalho. "Acho errado o metrô estar sempre lotado. No dia da batida, o trem ficou com problema várias vezes e ninguém avisou nada", conta.

O advogado Ademar Gomes diz que existem outros processos em trâmite envolvendo falhas e panes do sistema, como paradas bruscas dos trens, que levam as pessoas a se machucarem. No seu escritório, o episódio de 2012 rendeu 74 ações de indenização por danos morais ou materiais. "Esse tipo de processo leva uns cinco anos para terminar, e geralmente é causa ganha", afirma Gomes.

CONTINUA

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

30 MAR 2014

Responsabilidade. Na avaliação de Maurício Januzzi, presidente da Comissão de Sistema Viário e Trânsito da seccional paulista da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-SP), a responsabilidade pelo transporte seguro dos passageiros é uma atribuição exclusiva do Metrô. “Há um aumento das ocorrências, e as pessoas estão mais conscientes de seus direitos e de suas garantias, no sentido de obter a indenização por qualquer dano causado a elas”, afirma o advogado.

Januzzi conta que a superlotação pode mesmo levar à abertura de processos na Justiça. “Tropçar na plataforma, cair em virtude de freada brusca. A pessoa só precisa provar que estava naquele dia no transporte público. É possível fazer isso por meio do Bilhete Único”, diz o advogado, uma vez que a tarifação é automatizada.

Leviano. Em nota, a companhia afirma que a tentativa de “analisar o volume de ações judiciais sobre o Metrô é leviana e superficial” e que “o aumento no número de ações judiciais contra o Metrô é proporcional à elevação do número de passageiros transportados e ao aumento no ritmo das obras de expansão da rede”.

Ainda segundo a empresa controlada pelo governo do Estado, “no período citado, a média de passageiros transportados diariamente nas linhas de metrô cresceu 57%”. A companhia também argumenta que “atualmente, existem quatro grandes empreendimentos em obras – segunda fase da Linha 4, prolongamento da Linha 5 e a implementação dos monotrilhos das Linhas 15 e 17 –, além das Linhas 6-Laranja, já contratada, 2-Verde e 18-Bronze, em processo de implementação”.

“Quanto às indenizações por desapropriações”, informa a nota, “elas são pagas seguindo exatamente a legislação vigente, com base nos valores indicados pelo Poder Judiciário”.

CONTINUA

30 MAR 2014

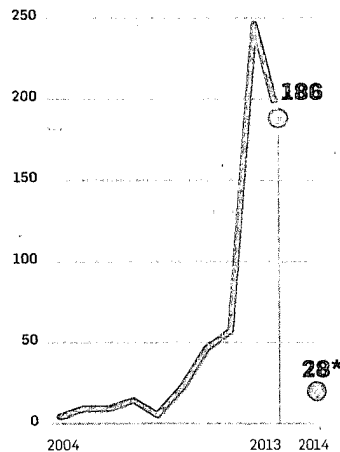
O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

EM BUSCA DO DIREITO

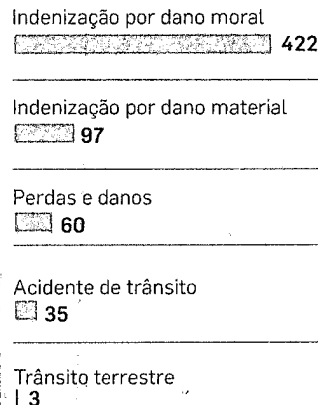
● Quantidade de processos por danos movidos contra o Metrô em dez anos

Processos



*Até fevereiro

Natureza da reparação



FONTE: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (TJ-SP)

INFOGRÁFICO/ESTADÃO

ANÁLISE: Cresco de Franco Peixoto

Além de rápido, tem de ser mais seguro

A evolução da extensão do Metrô de São Paulo não acompanha plano diretor com foco em crescimento de demanda. A crônica dependência de recursos para acelerar a efetivação de linhas e os altos custos de incorporação, da ordem de mais de US\$ 100 milhões por quilômetro, imbricam-se às divergências entre níveis distintos dos poderes executivos, perenizando crescimento que não garante qualidade desejada ao serviço. Como resposta, a taxa de ocupação tende a dez passageiros por metro quadrado no pico.

Como o metrô é solução para a grande metrópole, os passageiros aceitam a com-

pressão entre corpos e atrasos. O que foge à aceitabilidade é a queda de passageiros em trânsito e nas estações. Não bastam apenas socorro ou explicações. Tendem a recorrer ao Judiciário para indenizações.

Para minimizar o sofrimento do usuário a curto e médio prazos, pode-se buscar efetivar restrições de acesso às plataformas, fato de necessário estudo de estações que não foram projetadas para o atual nível de serviço. Outra estratégia é a realocação de determinadas linhas de ônibus, chamadas alimentadoras, para outras estações. Já é pouco pensar em extensão mínima de 200 km para minimizar o sofrimento do cidadão que crê acessar sistema que não apenas o levará mais rápido, mas também de forma segura.

● É MESTRE EM TRANSPORTES E PROFESSOR DA FEI

30 MAR 2014

O ESTADO DE S. PAULO

É UM
DEBOCHE
AO PODER
JUDICIÁRIO

JOAQUIM BARBOSA, presidente do STF, sobre o ex-deputado federal Eduardo Azeredo (PSDB), réu no caso do mensalão mineiro, levado à primeira instância da Justiça de Minas Gerais. Barbosa foi o único a votar por manter o processo no Supremo



31 MAR 2014

O ESTADO DE S. PAULO Carandiru: caso pode ir à OEA após último júri

Falhas nas indenizações e punições seriam motivos; começa último julgamento de PMs

Luciano Bottini Filho

Perto do fim do julgamento dos PMs acusados do massacre do Carandiru, entidades de direitos humanos protestam contra falhas na punição dos réus e nas indenizações às vítimas, o que pode reabrir o caso na Comissão Interamericana de Direitos Humanos (Cidh) e levar o Brasil a ser processado na Organização dos Estados Americanos (OEA). Hoje começa a quinta e última fase do maior processo da história do júri no País.

Nela, são acusados 15 policiais do Comando de Operações Especiais (COE), denunciados por oito mortes que poderão somar mais 1.440 anos de prisão. Somadas, as penas individuais chegam ao recorde de 20.156 anos de prisão para os 58 PMs já considerados culpados.

O comandante da ação, coronel Ubiratan Guimarães, foi absolvido pelo Tribunal de Justiça após ter sido condenado pelo júri. A invasão do Pavilhão 9 da Casa de Detenção de São Paulo ocorreu em 2 de outubro de 1992. A operação deixou 111 mortos. O processo dura quase 22 anos e acumulou 130 volumes, 111 apensos e 50 mil páginas.

Em 2000, relatório da Cidh recomendava que o Brasil indenizasse as vítimas e condenasse as autoridades envolvidas. Co-

mo até agora a Justiça reconheceu o direito de apenas 64 ações, ONGs como a Human Rights Watch (HRW) e o Centro pela Justiça e o Direito Internacional (Cejil) avaliam se é a hora de reabrir o caso na OEA e, até mesmo, processar o Brasil na corte internacional.

“Parte das recomendações da Cidh foram descumpridas pelo Estado brasileiro”, afirma a diretora da HRW no Brasil, Maria Laura Canineu.

Revolta. Um dos sobreviventes não indenizados é o pedreiro Luiz Carlos dos Santos Silva, de 45 anos. Ele não se conforma com o fato de todos os PMs condenados estarem soltos, até mesmo os que ele acusa de tentar matá-lo. “Não adianta condenar e não prender.”

No último júri, ele se negou a testemunhar. Mal sabia que sua falta significaria enterrar de vez as chances de ser indenizado. Como Silva saiu da cadeia seis anos após o massacre, seu prazo para entrar com ação havia acabado. Mas a condenação dos acusados de tentar matá-lo reabriria o prazo para Silva. Os PMs foram julgados há duas semanas e absolvidos pelo júri, que não ouviu a versão de Silva, da tentativa de homicídio.

31 MAR 2014

O ESTADO DE S. PAULO Meio século depois



Ao completarem-se 50 anos do movimento civil-militar de 31 de março de 1964, é possível ter uma visão mais serena e objetiva, tanto das condições que levaram a ele como dos primórdios do regime então implantado e o seu desvio do curso original imaginado, em especial, pelas lideranças civis. Facilitado pela perspectiva de meio século, esse esforço de compreensão dos fatos, assim como de seu dramático contexto histórico, é importante, sobretudo, para as novas gerações.

O governo do presidente João Goulart teve sua origem numa crise – a da renúncia de Jânio Quadros, em 25 de agosto de 1961 – e em crise viveu até ser deposto. Goulart nunca se conformou com a solução de compromisso que, vencendo a resistência dos ministros militares, possibilitou sua posse – a instauração do parlamentarismo, no qual dividia seus poderes com o primeiro-ministro.

Ao mesmo tempo que se esforçava para conseguir a volta do presidencialismo, o que aconteceu com o plebiscito de janeiro de 1963, Goulart mobilizou sindicatos e lideranças radicais para impor as chamadas reformas de base “na lei ou na marra”. Reformas de cunho socialista, embora ele não tivesse mandato popular para isso, pois foi eleito vice – e não em sua chapa, como então permitia a lei eleitoral – de um presidente nitidamente conservador. Nem para sua tentativa de dar papel preponderante aos sindicatos na condução do País, no que foi chamado de república sindicalista.

Assistiu-se então a uma mistura explosiva de avanço desses grupos para o controle do Estado e de desordem na economia e na administração. O líder comunista Luís Carlos Prestes chegou a dizer que os comunistas já estavam no governo, embora ainda não no poder. Leonel Brizola criou as unidades paramilitares “Grupos dos 11”. A economia degringolava, com inflação alta e baixo crescimento.

O quadro se completa com a revolta dos sargentos, em setembro de 1963, e com a dos marinheiros, em 25 de março de 1964, que, atingindo em cheio a disciplina, espinha dorsal das Forças Armadas, colocou os militares em choque direto com o governo e precipitou sua intervenção. A reação de lideranças civis e da maioria da população ficou evidente na grande “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”, que reuniu 500 mil pessoas em São Paulo, em 19 de março. Em 13 de março, no famoso Comício da Central, no Rio, em defesa das reformas de base, Goulart reunira bem menos apoiadores – 150 mil. Marchas semelhantes foram feitas em outras capitais. E sua deposição foi comemorada por 1 milhão de pessoas no Rio, no dia 2 de abril.

É importante assinalar que tudo isso se passou em meio à guerra fria. Para os Estados Unidos e seus aliados, era intolerável a possibilidade de o Brasil aderir ao campo comunista. Recorde-se que em outubro de 1962, por causa da recusa dos Estados Unidos de aceitar a presença em Cuba de mísseis ali colocados pela União Soviética, o mundo esteve à beira de uma guerra nuclear. Este era um dado incontornável da realidade.

Com base no Ato Institucional baixado pelos militares, o governo do marechal Castelo Branco começou um bem-sucedido trabalho de saneamento das finanças e reorganização político-administrativa do País. Na economia e na modernização da administração, o regime obteve inegáveis êxitos. O mesmo não aconteceu na política.

O Ato Institucional n.º 2, o AI-2, de 27 de outubro de 1965, desviou o movimento de seu rumo. Mais grave do que extinguir os partidos foi, como assinalou o **Estado** em vários editoriais – notadamente os de 28 e 29 de outubro –, tornar permanentes medidas de emergência, excepcionais e transitórias, destinadas a recolocar o País

no caminho democrático. O AI-2 marca o afastamento do **Estado** do movimento. A sua componente civil foi definindo e ele se tornou essencialmente militar. Começou ali o processo que levou ao autoritarismo e ao arbítrio do AI-5, à censura, à repressão, ao cerceamento das liberdades civis e dos direitos individuais.

A redemocratização viria ao fim de duas décadas de arbítrio, graças à persistência de milhares de brasileiros que se comportaram de forma pacífica e ordeira, repudiando tanto a violência empregada por aqueles que escolheram equivocadamente a luta armada quanto a brutalidade dos agentes do regime de exceção.

31 MAR 2014

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Aroldo Murá

CARTÓRIOS

Com a morte do cartorário Cresus Coutinho Camargo, de São José dos Pinhais, desaparece um dos maiores defensores da categoria de registradores e cartorários do Estado. Ele era irmão do desembargador Clayton Camargo, ex-presidente do TJR e tio do ex-deputado estadual Fábio Camargo.

O pai de Cresus e Clayton foi o desembargador Heliantho Camargo, que presidiu o TJPR, anos 80.



31 MAR 2014

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Ministério Público pode atuar em defesa dos direitos previdenciários

O ministro Ricardo Lewandowski, do Supremo Tribunal Federal (STF), negou seguimento (julgou inviável) ao Recurso Extraordinário (RE) 788838, no qual o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) questionava a legitimidade do Ministério Público Federal para atuar em defesa de idosos e incapazes de Passo Fundo (RS) aos quais vinha sendo negado acesso ao benefício assistencial (LOAS).

Em ação civil pública, o INSS foi impedido de negar requerimentos de LOAS nos casos em que a renda per capita da família do requerente ultrapassasse o limite de um quarto do salário mínimo.

Como a decisão na ação civil pública já transitou em julgado (ou seja, não há mais possibilidade de recurso), o INSS ajuizou ação rescisória no Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4)

visando sua desconstituição, contudo não obteve êxito naquela corte. Em seguida, interpôs recurso extraordinário para o STF.

De acordo com o ministro Lewandowski, a decisão do TRF-4 está em harmonia com a jurisprudência da Corte, que reconhece a legitimidade do Ministério Público para a defesa de interesses individuais homogêneos, sobretudo quando é evidente a relevância social da causa.

TST considera válido recurso interposto antes da publicação da sentença

A Terceira Turma do Tribunal Superior do Trabalho reconheceu que a ausência da publicação da sentença não é motivo para se decretar a intempestividade (fora do prazo) de um recurso da Fundação CEEE de Seguridade Social – ELETROCEEE. A extemporaneidade do recurso somente ocorreria no caso de acórdão prolatado por Tribunal

do Trabalho, afirmou.

O que ocorreu foi que a fundação entrou com o recurso ordinário no Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região (RS) em 30/7/2012, antes da publicação da sentença no Diário Oficial Eletrônico, ocorrida no dia 7/8/2012. Considerando que o recurso foi interposto extemporaneamente, o Tribunal Regional negou-lhe

conhecimento.

Segundo o relator do recurso no TST, ministro Alexandre Agra Belmonte, a questão da intempestividade do recurso interposto antes de publicada a sentença deve ser interpretada restritivamente, “aplicando-se somente nos casos de interposição de recurso em face de acórdãos proferidos pelos Tribunais Trabalhistas”.

31 MAR 2014

JORNAL DO ÔNIBUS

Defensoria ajuda quem não pode pagar

Regulamentada pelo Governo do Paraná em 2011, a Defensoria Pública do Estado já atendeu, somente em Curitiba, sete mil pessoas, desde maio de 2013. O serviço, que dá atendimento jurídico gratuito à população, é voltado a famílias com renda mensal de até três salários mínimos. Nayara Bueno procurou a unidade para resolver uma questão familiar. “Chegamos a contatar outra advogada, que não pode nos

atender. Então, procuramos a Defensoria, que foi bastante ágil. Assim que entramos com o pedido, nosso problema foi resolvido”.

Para implantar a Defensoria, que funciona em 20 cidades, o Governo do Estado contratou defensores e assistentes. Criada em 1991, a Defensoria levou 20 anos para ser regulamentada. Na capital, funciona na Rua Cruz Machado, 58, Centro.

STJ rejeita pedido para soltar ex-diretor da Petrobras

A ministra Regina Helena Costa, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), o novo pedido de habeas corpus feito pela defesa do ex-diretor da Petrobras Paulo Roberto Costa, preso no dia 20 de março pela Polícia Federal. Costa é suspeito de ter ligação com uma organização criminosa que lavava dinheiro em seis Estados e no Distrito Federal, desarticulada na Operação Lava Jato, que pode ter movimentado mais de R\$ 10 bilhões.

Na decisão, a ministra entendeu que a prisão do ex-diretor não é ilegal e que ele deve ficar detido até que o Tribunal Regional Federal da 4ª Região, sediado em Porto Alegre, julgue o mérito de outros pedidos de habeas corpus que foram rejeitados.